

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Caroline Nogueira da Silveira

Porto Alegre
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Caroline Nogueira da Silveira

**“O segredo de toda a arte escriba”: cultura cuneiforme,
competência escrita e legitimação política a partir da
inscrição real L4 de Assurbanípal na Assíria do século VII
AEC**

Monografia de conclusão de curso
apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciada em
História

Orientador: Prof. Dr. Pedro Telles da
Silveira

Porto Alegre
2022

RESUMO

Neste trabalho, exploramos a cultura e escrita cuneiforme na Assíria do século VII AEC, em especial durante o reinado de Assurbanípal, através da análise da inscrição real L⁴ desse rei, em que suas habilidades com a escrita, sua educação formal e seu domínio de saberes técnicos e especializados são enfatizados. Considerando que reivindicações acerca desses saberes não eram frequentes por parte de outros reis assírios ou mesopotâmicos, buscamos compreender quais significados e usos da escrita nesse contexto justificariam tais afirmações na inscrição real de Assurbanípal. Dessa forma, nossa intenção é refletir sobre a complexa variedade de usos da escrita cuneiforme, dedicando especial atenção àqueles que podemos mapear a partir da inscrição real L⁴, destacando os sentidos, os atores e as apropriações envolvidos em tais empregos. Para tanto, levando em conta a materialidade da inscrição, suas condições de produção e existência e seus interlocutores, exploramos as dinâmicas de ordem política, cultural e social nas quais estava imersa. Adicionalmente, investigamos as relações de poder em jogo entre a Babilônia, centro da tradição cuneiforme e da classe de seus mais altos guardiões e produtores, os escribas especialistas, e o império assírio sobre o qual reinava Assurbanípal. Também propomos uma reflexão sobre termos como “letramento” e “escriba” para melhor estabelecer os conceitos e categorias empregadas ao longo do trabalho. Por fim, buscamos enfatizar a agência dos indivíduos – dos escribas especialistas ao rei –, na perpetuação e apropriação da cultura cuneiforme babilônica e seu emprego no universo imperial assírio, compreendendo as intrincadas relações entre a Assíria e a Babilônia não apenas no nível político e militar, mas social e cultural. Propomos que Assurbanípal percebeu não apenas a centralidade babilônica no que dizia respeito ao arcabouço de conhecimentos especializados mesopotâmicos, mas também a profunda relevância da classe dos escribas especialistas babilônicos e assírios, procurando reivindicar para si não somente a habilidade de ler e escrever, mas o mais alto nível de competência escrita, numa equiparação a essa classe como mais uma forma de legitimação política.

Palavras-chave: cultura cuneiforme; Assíria; Babilônia; Assurbanípal; competência escrita.

ABSTRACT

In this thesis, I explore cuneiform culture and writing in 7th century BCE Assyria, particularly Ashurbanipal's reign, through the analysis of royal inscription L4, where his writing skills, formal education, and his scholarly knowledge are emphasized. Given claims on these skills and knowledge were not frequent among other Assyrian or Mesopotamian rulers, I seek to understand which roles and uses of cuneiform writing would justify such statements in Ashurbanipal's royal inscription. Thus, the goal is to reflect on the complex variety of uses of cuneiform writing, dedicating special attention to those one could map out in royal inscription L4, highlighting the meanings, actors, and appropriations connected to these uses. To do so, the political, cultural, and social aspects in which the inscription was immersed were explored, while taking into consideration its materiality, production and existence conditions, as well as its interlocutors. Additionally, I investigate the power relations at play between Babylonia – the center of both cuneiform tradition and its highest guardians, the scholar scribes –, and the Assyrian empire over which Ashurbanipal ruled. I also discuss Portuguese terms such as “letramento” and “escriva” as to better establish the concepts and categories utilized in this thesis. Lastly, I seek to emphasize the agency of individuals – from scholar scribes to kings – in the perpetuation and appropriation of the Babylonian cuneiform tradition and its use in the Assyrian imperial universe, looking at the intricate Babylonian/Assyrian relations not only at a political and military level, but also from a cultural and social perspective. I argue Ashurbanipal not only perceived the Babylonian centrality regarding Mesopotamian scholarly knowledge, but also the profound relevance of the Babylonian and Assyrian scholar scribes. He seems to have sought, I propose, to extend his claims beyond the mere ability to read and write so as to include the highest level of literacy, comparing himself to this class of scribes as another form of political legitimation.

Keywords: cuneiform culture; Assyria; Babylonia; Ashurbanipal; written competency.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seu Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e o curso de Licenciatura em História pelo ensino de qualidade que recebi ao longo de minha jornada. Também agradeço a Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e ao ex-ministro da educação, Fernando Haddad, por terem incentivado, diversificado e expandido o ensino superior público, gratuito e de qualidade neste país. Agradeço meu orientador, Pedro Silveira, por sua atenção e generosidade com seu tempo, pela leitura cuidadosa de meu texto e pelas lições que compartilhou gentilmente comigo. Agradeço aos membros de minha banca, a professora Aline Evers, o professor Anderson Zalewski e Anita Fattori, pelas contribuições valiosas e, em especial, à Anita, como assirióloga, por suas correções e sugestões especializadas. Agradeço ao Projeto *The Royal Inscriptions of the Neo-Assyrian Period*, ao *State Archives of Assyria Online* e a todos(as) os(as) pesquisadores(as) envolvidos(as) na digitalização do grande corpus cuneiforme, possibilitando o acesso mais democrático a esse legado mesopotâmico.

Devo agradecer também minha família, em especial meus pais, cujo apoio foi essencial para que eu pudesse concluir a graduação em História e a busca de uma nova área de atuação. Em igual medida, agradeço a minhas alunas e alunos, compreensivos com uma professora-aluna dividida entre trabalho e estudo, meus colegas de curso na História, meus amigos e amigas, e à Associação de Pesquisas e Práticas em Humanidades, meu local de trabalho e um sonho construído coletivamente. Por fim, agradeço a meu companheiro de vida, Fernando Silva e Silva, meu maior amigo e apoiador, a quem dedico este trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1		
Mapa da Mesopotâmia	14
Figura 2		
Mapa de ocupação da Babilônia e Uruk	15
Figura 3		
Tabletes em proto-cuneiforme e cuneiforme	16
Figura 4		
Tabela evolutiva de sinal cuneiforme	17
Figura 5		
Mapa do sítio de Kouyunjik	50
Figura 6		
Tablete com inscrição L4	56
Figura 7		
Relevo assírio	71
Figura 8		
Relevo assírio	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
PARTE I.....	11
1. ESCRITA, “LETRAMENTO” E AS CULTURAS CUNEIFORMES ENTRE A BABILÔNIA E A ASSÍRIA	12
1.1 Usos da escrita na Mesopotâmia: da Babilônia à Assíria	13
1.2 “Letramento” e conceitos relacionados no debate sobre a escrita no contexto mesopotâmico.....	31
PARTE II.....	43
2 ASSURBANÍPAL E SUA RELAÇÃO COM A ESCRITA	44
2.1 Rei do universo, rei da Assíria: a ascensão de Assurbanípal ao trono	44
2.2 A biblioteca de Assurbanípal e o contexto imperial.....	48
3 A ESCRITA NO REINADO DE ASSURBANÍPAL A PARTIR DA INSCRIÇÃO REAL L4	55
3.1 Descrição da fonte: inscrição real L ⁴ ou “Dias de Escola de Assurbanípal”	56
3.2 Competência escrita e legitimação política no reinado de Assurbanípal: uma análise da inscrição real L4	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

Quando se fala na Mesopotâmia, pode-se ter a impressão homogeneizante de que se trata de uma só sociedade – ou cultura –, pioneira em suas invenções, como a escrita ou as cidades-estado. Tal visão, muitas vezes, tende a estar ligada a uma extrapolação da cultura babilônica, como aponta o historiador Peter Machinist sobre a questão: “A marca babilônica na Mesopotâmia, culturalmente falando, parece ter sido tão disseminada que, não raramente, tende-se a operar como se as culturas babilônica e mesopotâmica fossem, essencialmente, a mesma” (MACHINIST, 1984/85, p. 353). Em verdade, quando tratamos da Mesopotâmia, estamos frente a um número de sociedades diversas, ocupando um extenso território, com suas particularidades e desenvolvimentos ao longo de séculos de história. Entretanto, não se pode negar que, mesmo com suas especificidades de naturezas variadas, há também muitos elementos que unem os povos das regiões entre o Tigre e o Eufrates através dos séculos – ou dos milênios.

Um desses elementos é a escrita cuneiforme, sistema utilizado para registro de diferentes línguas de diferentes povos por mais de três milênios. Com adaptações, ele serviu para fins utilitários, registrando trocas comerciais; literários, inscrevendo poemas e épicos; para fins de preservação de textos de saberes técnicos e especializados – como divinação, matemática, astronomia –; entre outros. Assiriólogas como Karen Radner e Eleanor Robson empregam a categoria de “cultura cuneiforme” para tratar dessa realidade em comum, em que esse sistema de escrita “uniu os antigos habitantes [das regiões que o utilizaram] em um conjunto compartilhado de modos de compreender e gerenciar seu mundo” (RADNER & ROBSON, 2011, p. xxvii). As autoras apontam, contudo, a possibilidade ímpar de explorar a diversidade das sociedades que utilizaram o cuneiforme em um amplo universo espaço-temporal já que, como pontuam, a argila, principal meio de transmissão do sistema, sobrevive no registro arqueológico melhor do que outros, como o papiro ou o couro. Assim, as sociedades que partilharam da cultura cuneiforme nos legaram, muitas vezes acidentalmente, centenas de milhares de tabletas inscritas. Essa abundância pode permitir explorar as especificidades de seus produtores, espaços, tempos, usos, especialmente se a cultura cuneiforme for

abordada, como afirmam Radner e Robson, holisticamente: “através dos âmbitos social, político e intelectual, por meio de fontes textuais cuja materialidade seja plenamente reconhecida”¹ (2011, p. xxvii-xxviii). Pesquisadores nacionais, como Anita Fattori e Leandro Ranieri, também vêm fazendo recentemente um chamado pelo reconhecimento da materialidade da escrita cuneiforme, de modo a não desmaterializá-la – tomando-a como texto apenas –, mas levando em conta as condições de produção e de existência dos tabletas e percebendo “a materialidade da escrita como parte integrante da dinâmica social” (RANIERI & FATTORI, 2021, p. 26).

Neste trabalho, buscamos abordar a cultura e escrita cuneiforme e seus desdobramentos da Babilônia à Assíria, com especial atenção ao período do século VII AEC, durante o reinado de Assurbanípal, explorando a inscrição real L4 do rei neo-assírio. Nela, também conhecida como “Dias de escola de Assurbanípal”, consta uma longa seção dedicada à proeza do rei assírio com a escrita e uma enfática afirmação de seu sucesso no processo de educação formal, bem como uma lista de conhecimentos técnicos e especializados dominados por ele. Uma vez que são poucos os reis mesopotâmicos que reivindicaram o domínio da escrita, e que são mais raros ainda aqueles que mencionam sua educação formal (LIVINGSTONE, 2007, p. 98; ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 314), propusemo-nos a investigar quais os significados e usos da escrita da escrita em tal contexto espaço-temporal que justificariam tais afirmações na inscrição real de Assurbanípal. Para essa investigação, buscamos seguir as abordagens propostas por pesquisadoras e pesquisadores como os citados acima, levando em conta a materialidade da inscrição, suas condições de produção e existência, seus interlocutores e as dinâmicas de ordem política, cultural e social nas quais estava imersa.

Assim, dividimos o trabalho em duas partes, sendo a primeira composta de um capítulo, intitulado “A primeira invenção da escrita e seus desdobramentos”. Nele, dedicamos atenção ao processo de desenvolvimento da escrita cuneiforme, no sul da Mesopotâmia, sua difusão, seu sistema de ensino – em especial aquele babilônico do II milênio, modelo que influenciou outros utilizados em outras regiões e períodos, como a Assíria no I milênio –, e seus

¹ “[...] through the social, the political, and the intellectual, by means of textual sources whose materiality is fully acknowledged.” (RADNER & ROBSON, 2011, p. xxviii)

diferentes usos e usuários. O capítulo está dividido, por sua vez, em duas seções, a saber: *1.1 Usos da escrita na Mesopotâmia: da Babilônia à Assíria* e *1.2 “Letramento” e conceitos relacionados no debate sobre a escrita no contexto mesopotâmico*. Na seção 1.1, compreendendo, como afirma Machinist, o profundo impacto da tradição cuneiforme babilônica nas sociedades mesopotâmicas, e em especial, como buscamos demonstrar, na Assíria, revisitamos os usos da escrita desde seu desenvolvimento, no IV milênio, em Uruk, no sul mesopotâmico, até o I milênio na Assíria, no norte. Dedicamos especial atenção aos usos da escrita no contexto do II milênio na Babilônia, momento e região onde importantes mudanças nesse âmbito ocorrem, e onde o sistema de ensino é melhor conhecido pela abundância de fontes como tabletas escolares que sobreviveram no registro arqueológico. Através dessa exploração, é possível compreender também a formação e consolidação da classe dos chamados escribas especialistas babilônicos, detentores da mais alta competência escrita e de um rol de saberes técnicos que representava o universo dos conhecimentos especializados mesopotâmicos. Na seção 1.2, trazemos uma discussão acerca de conceitos relevantes para o debate sobre a escrita cuneiforme, como aqueles de “letramento” e “escriba”. Nossa intenção é, assim, refletir sobre termos necessários para a discussão aqui proposta acerca dos usos da escrita cuneiforme, em especial na Assíria, ponderando sobre a adequação ou não do termo “letramento” – ligado a uma realidade alfabética –, para tratar desse sistema, sem, contudo, a pretensão de impor novos termos ou soluções definitivas ao campo. Dessa forma, buscamos estabelecer nessa seção nossas alternativas de termos e conceitos para o debate que desenvolvemos na Parte II deste trabalho.

A Parte II está dividida em 2 capítulos: o capítulo 2, intitulado *Assurbanípal e sua relação com a escrita*, e o capítulo 3, *A escrita no período neo-assírio a partir da inscrição L4 de Assurbanípal*. Aquele, por sua vez, conta com duas seções: *2.1 Rei do universo, rei da Assíria: a ascensão de Assurbanípal ao trono* e *2.2 A biblioteca de Assurbanípal e o contexto imperial*. Na seção 2.1, entendendo que, como propõem Radner e Robson, a abordagem holística ajuda na melhor compreensão do cenário enfocado, voltamos o olhar às questões políticas envolvidas na ascensão de Assurbanípal ao trono, bem como a detalhes de sua educação e preparação para o posto de rei. Dessa forma,

entende-se como a relação do rei com a escrita foi perpassada por essas dinâmicas de poder. Já na seção 2.2, continuamos a explorar as noções políticas subjacentes ao contexto imperial assírio, desta vez prestando especial atenção a como elas informaram a formação da famosa biblioteca real de Nínive, capital do império assírio à época do reinado de Assurbanípal. Conhecida também como biblioteca de Assurbanípal, ela nos deixa entrever aspectos da relação do rei com a escrita e algumas nuances dos usos que fazia dela, bem como dos valores a ela atribuídos.

O capítulo 3 conta também com duas seções: *3.1 Descrição da fonte: inscrição real L4 ou “Dias de Escola de Assurbanípal”* e *3.2 Competência escrita e legitimação política no reinado de Assurbanípal: uma análise da inscrição real L4*. Na seção 3.1, descrevemos nossa fonte, a inscrição real L4 de Assurbanípal, procurando reconhecer sua materialidade e buscando considerá-la em seu contexto de produção, bem como os elementos políticos envolvidos em sua feitura. Nessa seção, também apresentamos nossa tradução (realizada a partir de traduções em inglês já existentes) da parte da inscrição selecionada como nosso foco principal, a saber, aquela entre as linhas 5 e 25, que contém as afirmações acerca da competência escrita e educação formal de Assurbanípal. Por fim, na seção 3.2, fazemos a análise do excerto da inscrição L4 selecionado, traduzido e apresentado na seção anterior. Para tanto, novamente observamos e exploramos aspectos políticos, sociais e culturais para melhor contextualizar as afirmações sobre a competência escrita e educação de Assurbanípal, investigando as razões para tal ênfase na inscrição. Buscamos mapear os principais usos da escrita e os papéis dos níveis de competência escrita que se podem entrever através da análise da inscrição, como o de legitimação política. Adicionalmente, investigamos as relações de poder em jogo entre a Babilônia, centro da tradição cuneiforme e da classe de seus mais altos guardiões e produtores – os escribas especialistas –, e o império assírio sobre o qual reinava Assurbanípal.

PARTE I

1. ESCRITA, “LETRAMENTO” E AS CULTURAS CUNEIFORMES ENTRE A BABILÔNIA E A ASSÍRIA

Neste capítulo, o objetivo é investigar o universo da escrita na Mesopotâmia, de forma a preparar o caminho para a exploração mais específica acerca dos usos da escrita e seus papéis na Assíria do I milênio e em especial no reinado de Assurbanípal. De modo também a estabelecer as bases deste caminho de pesquisa, colocou-se a necessidade de examinar alguns conceitos e termos inescapáveis quando se trata do tema da escrita nesses contextos, como aquele de “letramento”, entre outros. Assim, o capítulo foi dividido em duas seções, sendo a primeira intitulada “Usos da escrita na Mesopotâmia: da Babilônia à Assíria”, dedicada, portanto, a uma exploração da história e transformação dos usos da escrita nesses dois mundos cultural e geograficamente diversos, mas unidos, como veremos, por fortes laços. Afinal, como afirma o historiador Peter Machinist, a marca cultural da Babilônia na Mesopotâmia foi tão profunda que, frequentemente, há uma tendência a encarar uma como sinônimo da outra, e os assírios não escaparam dessa força (MACHINIST, 1984/85, p. 353). Apesar de a sociedade assíria ter sua própria história, com diferenças em muitos aspectos em relação à babilônica, como aponta o autor, para ser possível enxergar tais diferenças, não se pode focar apenas os desenvolvimentos nativos da Assíria, “[...] nós devemos perguntar também sobre influências de fora. E quando fazemos isso, nós somos inevitavelmente levados de volta à Babilônia”² (MACHINIST, 1984/85, p. 354). Portanto, a seção 1.1 volta o olhar aos desenvolvimentos iniciais da escrita na Babilônia e segue seu rastro, de forma a compreender como essa prática foi utilizada, por quem e para que fins também na Assíria, especialmente no II milênio, que antecede nosso foco temporal principal, o I milênio, a ser explorado em mais profundidade no capítulo 3.

Já a segunda seção, intitulada ““Letramento” e conceitos relacionados no debate sobre a escrita no contexto mesopotâmico”, volta o olhar a uma discussão interna e conceitual. O objetivo não é, de nenhuma maneira, resolver questões terminológicas já antigas no campo da assiriologia e dos estudos acerca da escrita na Mesopotâmia, nem prescrever novos conceitos, mas sim,

² “[...] *we must ask also about influences from the outside. And when we do so, we are brought back inevitably to Babylonia*” (MACHINIST, 1984/85, p. 354).

para fins da expressão da pesquisa aqui proposta, refletir sobre as possíveis consequências que advêm do emprego de termos importantes e frequentes nesse contexto. Para citar apenas um deles, explorado em mais detalhes na seção 1.2, trazemos “letramento”, que evoca também frequentemente a noção de “alfabetização”. Ambos, mesmo em uma observação superficial, ligam-se a concepções relacionadas com um sistema de escrita alfabético, do qual somos herdeiros e usuários, mas que implicam, se olhados com atenção, algumas consequências para a discussão acerca da escrita no mundo cuneiforme. Conforme a filóloga Anna Morpurgo Davies, as discussões sobre formas de escrita não alfabéticas, especialmente aquelas da antiguidade, sofrem com essa perspectiva que está diretamente ligada ao pensamento linguístico do século XIX, que usualmente considera o desenvolvimento da escrita em níveis, do pictográfico, considerado intrinsecamente rudimentar, ao alfabético, que seria a perfeição na tarefa de representação fonética da língua (DAVIES, 1986, p. 52). Quando o debate é sobre a escrita na Mesopotâmia, em que o sistema cuneiforme, inicialmente pictográfico e posteriormente logossilábico, era prevalente, essa visão causa atritos, que ficam já aparentes quando se leva em conta que, longe de rudimentar e intrinsecamente truncado, esse sistema foi aquele com a mais longa vida útil de todos os sistemas até hoje. Assim, para falarmos sobre os usos da escrita, os diferentes níveis de competência escrita conhecidos a partir dos documentos deixados por aqueles que escreviam e os papéis dados a ela na Assíria do I milênio, propõe-se antes uma reflexão acerca de alguns desses conceitos, sua história e potenciais.

1.1 Usos da escrita na Mesopotâmia: da Babilônia à Assíria

Nosso recorte espaço-temporal mais específico neste trabalho recai sobre a Assíria do século VII AEC, o que significa que estamos falando de um império consolidado, que desde o século IX AEC vinha paulatinamente ganhando poder e anexando territórios. Durante o século VII, já havia se estabelecido como a maior potência econômica, política e cultural do Oriente Médio, sua influência se estendendo até a região mediterrânea (RADNER, 2015, p. 5). Portanto, no esforço de explorar os usos da escrita nesse contexto, se faz também necessário

levar em conta seus usos nas regiões vizinhas, que estavam em contato próximo com essa grande força política, e o histórico de suas aplicações dentro desse império ao longo do tempo, ele próprio tendo passado por diferentes fases em sua formação.

De especial interesse para nosso propósito é voltar o olhar brevemente aos vizinhos mais ao centro e ao sul da Mesopotâmia, berço da escrita (Figura 1), primeiramente nos transportando aos mais remotos IV e III milênios AEC e, em seguida, ao II e I milênios AEC. O período do II milênio, em especial, nos permite observar um momento importante após o desenvolvimento da escrita em que um currículo e um certo sistema de ensino dessa prática já estava consolidado, em cidades como Nippur e Ur. Assim, podemos explorar questões como quais eram os usos da escrita nesse contexto mais remoto, quem aprendia e ensinava e como se dava esse processo, que nos ajudam a compreender as transformações do contexto mais tardio do I milênio na Assíria. Essa perspectiva também nos fornece um melhor entendimento das relações históricas que, como veremos, foram intrincadas entre Assíria e Babilônia, envolvendo disputas políticas, territoriais, culturais perpassadas pela escrita em ambos os contextos.

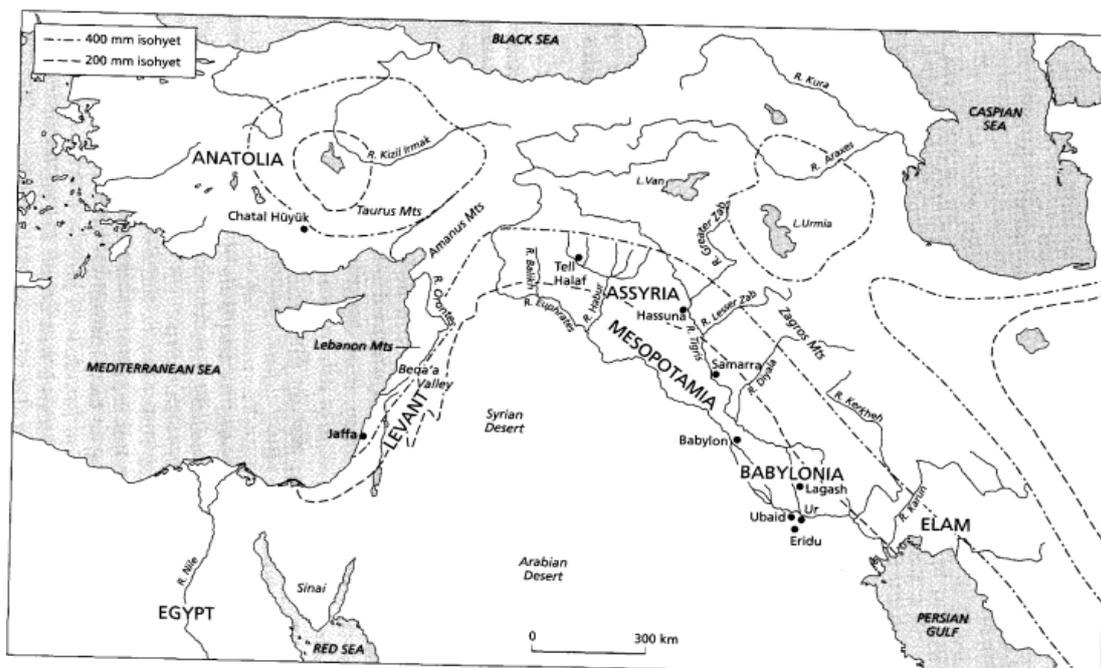


Figura 1: Mapa da Mesopotâmia
Fonte: MIEROOP, 2007, p. 6

A escrita, como vimos, segundo indicam as mais recentes evidências arqueológicas, foi desenvolvida por volta de 3100-3000 AEC. O IV milênio foi um momento de significativas inovações, em algum nível interligadas, como os estados, as cidades e a própria escrita, cujo desenvolvimento pode ser traçado a uma parte específica da Mesopotâmia, o sul. Mais pontualmente, foi no extremo sul, na região do sítio de Uruk, que grande parte desses processos de inovação parece ter iniciado. O sítio, assim, emprestou o nome a um período e uma cultura, que recobrem todo o IV milênio, o chamado período de Uruk (MIEROOP, 2007, p. 19-21). Um aumento na população, no tamanho e número de cidades é atestado ao longo desse período na região sul, e a antiga cidade de Uruk se sobressai nesse processo (Figura 2) (MIEROOP, 2007, p. 23; ENGLUND, 2011, p. 33). Assim, é de Uruk nesse milênio que provêm os mais antigos indícios de escrita até hoje conhecidos.

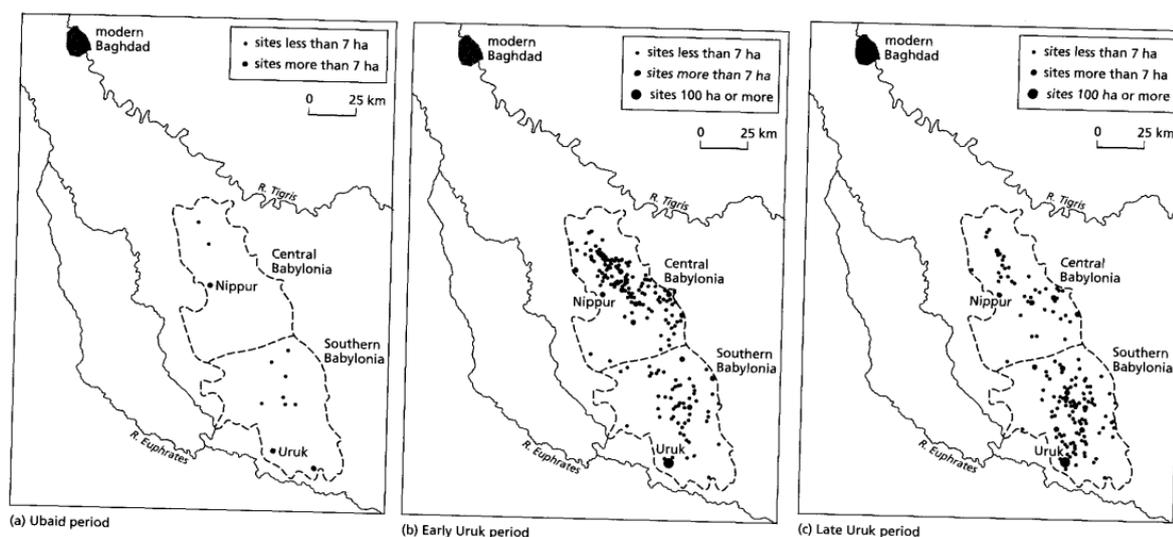


Figura 2: Mapas mostrando a mudança de ocupação na Babilônia ao longo dos períodos pré-histórico (Ubaide, ca. VII-IV milênios) e de Uruk (IV milênio)

Fonte: MIEROOP, 2007, p. 22

Com o desenvolvimento e intensificação do comércio, da burocracia e da necessidade de registro dessas relações e trocas, variadas formas de registro parecem ter sido desenvolvidas e testadas, algumas logo abandonadas, outras empregadas e aperfeiçoadas por longos períodos. Uma delas foi o sistema que conhecemos como proto-cuneiforme, também chamado de sistema de Uruk, uma vez que os tabletas mais antigos conhecidos foram escavados no próprio

sítio de mesmo nome. Esse sistema foi criado num contexto linguístico sumério, ou seja, foi muito provavelmente desenvolvido por falantes da língua suméria, ainda que em certo sentido o proto-cuneiforme mostrasse pouca relação com a língua falada, já que não se pretendia uma representação fonética das suas palavras (MIEROOP, 2007, p. 28). Nesse estágio, o proto-cuneiforme utilizava majoritariamente pictogramas, sinais que representavam objetos ou ideias/conceitos, e que eram desenhados ou traçados na superfície da argila com um objeto de madeira de ponta fina. Essa tentativa de registro foi, é possível afirmar, a mais bem sucedida em certo sentido - foi a partir dela que evoluiu o mais longo sistema de escrita conhecido, o cuneiforme propriamente dito, que diferia de seu precursor em alguns aspectos.

Podemos apontar duas importantes diferenças entre eles, sendo a primeira o fato de que o cuneiforme não era mais feito traçando os sinais na argila, mas, ao invés disso, utilizando um objeto de madeira com ponta triangular ou quadrada, fazia-se nela incisões em forma de linhas e triângulos ou cunhas, derivando desse formato o nome moderno que damos ao sistema (Figura 3). Entre outros fatores, essa diferença de técnica e ferramentas tornou o processo de escrita potencialmente mais rápido e padronizado, além de os sinais terem se distanciado de representações visuais de objetos e ações, tornando-se mais e mais abstratos em sua forma, menos pictográficos (Figura 4).



Figura 3: À esquerda, exemplo de tablete administrativo em proto-cuneiforme, com registro da distribuição de grãos (sumério, provavelmente de Uruk, atual Iraque,

ca. 3100-2900 BCE). À direita, exemplo de tablete em cuneiforme, registrando um empréstimo de prata (assírio, provavelmente de Kültepe, atual Turquia, séculos XX-XIX BCE)

Fonte: Met Museum³



Figura 4: Tabela com resumo da evolução do sinal cuneiforme sumério SAG, “cabeça”, de cerca de 3000 a 1000 BCE (Borger n. 115).

Fonte: adaptado de KRAMER, 1981, p. xviii.

A segunda importante diferença é o maior uso de escrita silábica, ainda que ao longo de toda a sua história de uso, o cuneiforme nunca tenha deixado de usar sinais para representar palavras inteiras, mantendo-se um sistema logossilábico até seus últimos anos (MIEROOP, 2007, p. 33). Esse fato é válido para variações diferentes de cuneiforme, quando usado para representar a língua suméria ou também dialetos da língua mais tardia, acádico. Isto é, apesar de, em teoria, ser possível com o cuneiforme escrever todas as palavras de um texto silabicamente, representando-as foneticamente, isso não parece ter sido frequente nem para a língua suméria, nem a acádica, por exemplo, sendo os sinais usados com valor logográfico em maior ou menor frequência, mas sem o abandono desse uso. Além de uma demonstração da capacidade adaptativa desse sistema de escrita para vários idiomas, esse aspecto nos indica que estamos diante de uma ideia possivelmente diferente de “letramento” ou do que significava saber ler quando se trata de cuneiforme. Tratava-se, sim, de um sistema de convenções, que precisava ser conhecido por uma massa de usuários para que fosse compreendido e se mantivesse produtivo. Contudo, isso não significava, como se poderia pensar para os sistemas alfabéticos como o nosso, conhecer um número relativamente pequeno de letras e compreender suas possíveis combinações, mas sim conhecer um número maior de sinais que podiam ora estar representando sílabas, ora palavras inteiras, sendo muitas

³ Tablete em proto-cuneiforme: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/329081> Acesso em: 05/08/22. Tablete em cuneiforme: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/325858> Acesso em: 05/08/22.

vezes polivalentes⁴. Voltaremos a explorar essas implicações para a noção de “letramento” na seção seguinte, mas, por ora, se faz interessante pensar em como o sistema cuneiforme foi utilizado, ensinado/aprendido e que relações de poder gerou no período subsequente à sua criação nas regiões central e sul da Mesopotâmia, seu local de origem.

Desde o final do IV e ao longo do III milênios, conforme atestado pelo corpus de tablets do período já escavados, nota-se que a nova técnica da escrita está intimamente ligada ao âmbito das trocas comerciais. A maior parte dos tablets é de documentos contábeis. Mesmo no corpus de proto-cuneiforme, cerca de 85% dos textos são dessa natureza (MIEROOP, 2007, p. 30). Porém, desde o alvorecer da escrita, um outro tipo de tablete está presente e em quantidades significativas, aqueles contendo as chamadas listas lexicais, que eram listas de palavras para designar elementos de muitos tipos, desde pássaros, peixes, árvores, até profissões, deidades ou objetos produzidos com diferentes matérias-primas como metais ou madeiras. No corpus de textos em proto-cuneiforme, essas listas somam 15% de todos os tablets conhecidos (MIEROOP, 2007, p. 31). Desses dados, podemos inferir três importantes informações sobre os usos da escrita nesse contexto espaço-temporal mais remoto, a saber, como vimos, que ela foi utilizada, desde o princípio, para registro de atividades de troca cotidianas, comerciais; que ela esteve sempre, portanto, ligada a um contexto numérico, em que sistemas numéricos e

⁴ Para compreender as possibilidades e complexidades do sistema cuneiforme, algumas noções são importantes, como a de polivalência, que significa em linhas gerais que os sinais podiam ter mais de uma leitura, como vimos, podendo um mesmo sinal representar uma palavra (nesse caso, funcionando como um logograma) ou uma sílaba (nesse caso, funcionando como silabograma). Às vezes, palavras podiam ser escritas silabicamente e, para que os escribas lessem e reconhecessem entre um e outro uso dos sinais, o contexto textual e linguístico era essencial. Outra noção importante é a de homofonia. Tanto as letras do sistema alfabético quanto os silabogramas tentam representar os sons das palavras, a diferença é que no caso dos silabogramas, ao invés de cada um representar um fonema, ele representa o som de uma sílaba inteira. A homofonia se refere ao fenômeno de que uma mesma sílaba podia ser representada por vários sinais cuneiformes/silabogramas diferentes, o que também exigia dos escribas escolher, conforme o contexto, o sinal apropriado para a sílaba que precisavam escrever. Contudo, é preciso evitar a noção tentadora de que o sistema cuneiforme é intrinsecamente muito difícil ou pior em relação aos sistemas alfabéticos de escrita, dado que ambos têm suas complexidades específicas. Em grande parte, essa visão do cuneiforme como essencialmente complicado demais é ilusória, ligada ao fato de que, como usuários e herdeiros de um universo escrito alfabético, um sistema como o cuneiforme parece mais distante e truncado. Enquanto um aprendiz moderno e pesquisador de cuneiforme precisa conhecer um grande número de sinais, acumulados por anos de pesquisa e deciframentos de textos cuneiformes de idiomas e épocas distintas, às vezes de milênios diferentes, um escriba do período paleobabilônico, por exemplo, precisava conhecer em geral apenas aqueles sinais que a escrita daquele período utilizava (VELDHUIS, 2011, p. 68-71). Falamos em mais detalhe sobre essas questões na seção 1.2 deste capítulo.

métricos eram frequentes e essenciais; e que, junto de seu surgimento, desenvolve-se também uma espécie de sistema de ensino ou transmissão da própria técnica. As listas lexicais estiveram desde seu surgimento ligadas ao contexto de educação e formação de escribas, denotando uma preocupação com a manutenção e transmissão desse saber (VELDHUIS, 2006, p. 181). São muitos os elementos que levam à conclusão de que essas listas eram criadas e utilizadas para e na educação de escribas, entre os quais está o fato de que elas são comumente encontradas em múltiplos exemplares em muitas regiões e através de longos períodos, algumas sendo copiadas, ainda que com pequenas diferenças, por mais de um milênio (VELDHUIS, 2006, p. 182).

Conforme sugere o assiriólogo Niek Veldhuis, um dos pioneiros no estudo da educação de escribas através das listas lexicais, esse gênero de textos parece apontar para um interesse intelectual e ao mesmo tempo pragmático por parte dos escribas desse período:

As listas lexicais arcaicas parecem demonstrar uma motivação para ser completas, para incluir cada item possível em uma determinada categoria – ainda que eles fossem completamente inúteis dentro do sistema administrativo da época. [...] Criar um *sistema* verdadeiro não pode ser feito parte por parte – o todo precisa ser funcional desde o princípio e portanto deve ser capaz de acomodar todas as possibilidades. A escrita é um excelente exemplo. Um sistema alfabético não pode ser desenvolvido letra por letra; a ideia se torna útil apenas uma vez que todo o conjunto de caracteres esteja posto. O mesmo é verdade para um sistema administrativo. (VELDHUIS, 2006, p. 189)⁵

Assim, segundo ele, o que as listas lexicais nos mostram, desde os primeiros séculos subsequentes ao desenvolvimento da escrita, é que os escribas estavam criando espaço para um âmbito intelectual dentro desse sistema que havia nascido para fins práticos de registro contábil e comercial (VELDHUIS, 2006, p. 189–190). Mesmo antes de representar propriamente e foneticamente uma língua, o sumério, o que só acontece no III milênio, essas listas já são testemunho de um esforço escriba empenhado em registrar (e prescrever) o novo sistema em formação, demonstrando uma preocupação com o aspecto educacional de ensino da escrita (TAYLOR, 2013, p. 291). Reforçam esse

⁵ “The archaic lexical lists seem to display a drive to be complete, to include every possible item in a certain category – even if it was completely useless within the administrative system of the time. [...] Creating a true system cannot be done bit by bit – the whole needs to be functional from the start and therefore it must be able to accommodate all possibilities. Writing is an excellent example. An alphabetic system cannot be developed letter by letter; the idea becomes useful only once the whole set of characters is in place. The same holds true for an administrative system.” (VELDHUIS, 2006, p. 189)

testemunho o caso das chamadas listas de sinais, que compilavam diversos sinais, às vezes sem sentido lexical, e serviam como um exercício prático para formar e imprimir tais sinais corretamente na argila, sendo também elas atestadas desde o período de Uruk (WAGENSONNER, 2016, p. 27).

É, porém, a partir do II milênio que se pode melhor observar um sistema de ensino da escrita que contava, inclusive, com uma espécie de currículo, dada a abundância de fontes do período, o que ajuda a entender quem escrevia, como aprendiam a para que fins nesse período. Apesar de sistemas de ensino serem conhecidos desde o III milênio, essa estrutura curricular de ensino/aprendizagem evidenciada por números significativos de tabletes parece ter se consolidado de forma bastante organizada aos meados do II milênio na região do sítio de Nippur, mais ao centro da Mesopotâmia (KRAMER, 1981, p. 3-4; VELDHUIS, 2011, p. 83). É desse sítio que provém um grande número de tabletes escolares, em verdade a maior parte desse tipo de tablete conhecida até o momento. Esses tabletes, contendo cópias de listas lexicais e de sinais feitas por escribas em formação, vieram à luz principalmente com as escavações da década de 1950, realizadas em parceria pela Universidade da Pensilvânia e a Universidade de Chicago. Na região, foram encontrados grupos de casas com grande número de tabletes, hoje entendidas como ambientes onde se dava o ensino de escrita (ROBSON, 2001, p. 40-42; CHARPIN, 2010, p. 30).

É importante frisar que a descoberta desses tabletes foi um marco importante nos estudos sobre a escrita e seus níveis de competência na Mesopotâmia, e um divisor de águas no campo. O conhecimento sobre essas práticas educacionais era, até o fim do século XX, amplamente baseado no estudo de textos literários sumérios sobre a vida escolar, os chamados textos sobre a *edubba*, palavra suméria frequentemente traduzida como “escola”, do início do II milênio AEC. Alguns deles se tornaram clássicos nessa área de estudos, como é o caso daquele nomeado *Schooldays*, que traz cenas de uma vida escolar rigorosa e as punições recebidas por um aprendiz de escriba na escola (VELDHUIS, 1996, p. 13, POZZER, 2004, p. 74-76). Outro texto clássico é aquele chamado *Edubba D*, o qual traz um diálogo entre dois estudantes que estão praticando a fala da língua suméria, já morta à época da escrita da

narrativa⁶, reservada a usos formais e especializados, demonstrando uma relação entre as habilidades de escrita e fala de sumério no contexto de ensino (PROUST, 2011, p. 7-8). Recentemente, principalmente a partir do fim do século XX, algumas críticas acerca desses estudos começaram a ser elaboradas, apontando não apenas que suas fontes, os textos sobre a *edubba*, tinham caráter literário e possivelmente ficcional, como também a falta de informações sobre o espaço físico da escola. Somam-se a essas também outras críticas, por exemplo as que apontam problemas em realizar estudos baseados nos textos apartados de sua materialidade enquanto cultura material (ROBSON, 2001, p. 39; VELDHUIS, 1996, p. 12).

Apesar do caráter literário dos chamados textos sobre a *edubba*, eles não deixam de ser, em alguma medida, informativos acerca de aspectos do sistema de ensino e aprendizagem da escrita na Mesopotâmia. Refletindo a partir das noções de monumento e documento expostas por Le Goff no livro *História e Memória* (1988), consideramos que é preciso cuidado para não incorrer no que o autor chama de “ilusão positivista” (LE GOFF, 1996, p. 535). De fato, é tentador encarar os textos sobre a *edubba* como monumentos, dotados de intencionalidade e por isso não confiáveis, e tomar os tabletas de exercícios escolares como documentos aparentemente objetivos, representações fiéis do que seria a realidade do mundo do ensino/aprendizagem da escrita nessa sociedade. No entanto, quando analisados à luz das evidências arqueológicas e dos próprios tabletas de exercícios escolares, o que se nota é que muitas informações presentes nos textos literários parecem se confirmar. Por exemplo, a relação entre a língua suméria e a escrita cuneiforme nesse contexto educacional do II milênio parece ter sido muito importante, conforme aparece representada no texto *Edubba D* mencionado acima. Apesar de o ensino estar mais ligado ao aprendizado e prática da escrita do que da língua falada, conforme aponta o assiriólogo Herman Vanstiphout no seu clássico artigo “How

⁶ Apesar de não se saber ao certo quando o sumério deixou de ser falado como língua nativa, as evidências apontam que já no período paleobabilônico, na primeira metade do II milênio, o acadico havia superado o sumério como idioma falado (PEARCE, 1995, p. 2270). Alguns pesquisadores postulam que já no fim do III milênio essa troca estava em curso (WOODS, 2006, p. 92). Os últimos documentos administrativos escritos apenas em sumério datam de por volta do século XVIII BCE, o que poderia, contudo, indicar já uma manutenção da língua para fins utilitários como tradição, não necessariamente porque ela era ainda falada (CUNNINGHAM, 2013, p. 100).

did they learn Sumerian?” (1979), pode-se afirmar que se tratava de “uma educação especializada em Sumério bem como uma educação abrangente através do Sumério”⁷ (p. 118-119, grifos do autor). Ou seja, de fato, apesar de nesse período do II milênio a língua suméria estar já em desuso como idioma falado, ela era não apenas a língua escrita através da qual os alunos aprendiam cuneiforme, mas também a língua de instrução nesse contexto escolar, sendo esperado deles que aprendessem a falar sumério (PEARCE, 1995, p. 2270).⁸ Por outro lado, a realidade que parece estar representada em alguns textos literários sobre a *edubba*, de escolas enquanto instituições com esse fim único ou específico, com uma gama hierárquica de profissionais e um espaço físico também reservado especificamente ao ensino,⁹ não parece se refletir nas evidências arqueológicas até o momento encontradas. Em verdade, o registro arqueológico até o momento parece apontar para um cenário em que a maior parte do ensino nesse período se dava em espaços residenciais que abrigavam um número possivelmente não muito grande de alunos que ali aprendiam com escribas mais experientes (TINNEY, 1998, p. 49). Jon Taylor, assiriólogo que vem se dedicando ao estudo dos tabletes escolares, em especial sua materialidade e formas de produção, afirma, sobre as fontes literárias e o que dizem elas acerca da realidade educacional do II milênio que

⁷ “a specialized schooling in Sumerian as well as a comprehensive schooling through Sumerian.” (VANSTIPHOUT, 1979, p. 118-119, grifos do autor)

⁸ (Um provérbio do período demonstra bem a importância do sumério nesse contexto: “What kind of a scribe is a scribe who does not know Sumerian?” (TAYLOR, 2013, p. 302). Disponível em:

<<https://etcs.orinst.ox.ac.uk/edition2/etcslgloss.php?lookup=c6102.A.2.47.80&charenc=gcirc>> Acesso em: 28/07/22.

⁹ Um exemplo dessa visão, de natureza aparentemente literária, da escola é o texto que ficou conhecido como *Schooldays*, que mencionamos anteriormente. Esse texto, traduzido, publicado e tornado clássico por Samuel Noah Kramer em 1949, foi provavelmente composto por volta de 2000 BCE e, ao que indicam suas muitas cópias encontradas, era bastante popular, provavelmente criado por um dos “professores” de uma das “escolas” do período, segundo sugere Kramer (1949, p. 199). Nele, o quadro descrito sugere uma instituição, no sentido amplo e físico/material, dedicada exclusivamente ao ensino, como poderíamos imaginar uma escola (em sumério, referida pela palavra *e₂-dub-ba-a*, que Kramer traduz literalmente, porém, como “*tablet-house*” quando analisa a obra, apesar de optar pelo termo “*school*” em sua tradução do texto) com uma hierarquia rígida. No centro dessa hierarquia, estaria a figura de um professor, possivelmente pago (pouco) por seus serviços como mestre, auxiliado por assistentes (KRAMER, 1949, p. 199-200). Segundo analisa Steve Tinney em artigo intitulado *Texts, tables and teaching - scribal education in Nippur and Ur* (1998), porém, poucos locais que poderiam ser considerados “escolas” foram descobertos por escavações, e a maior parte do ensino no período parece ter sido feito em âmbito menor, residencial e privado, levando a crer que esse quadro pintado pela obra *Schooldays* tem caráter não só literário, mas humorístico e exagerado, dado que trata das dramáticas dificuldades da vida de aluno (TINNEY, 1998, p. 48-49; ROBSON, 2001, p. 39; p. 62).

[...] o quadro que elas pintam não corresponde à realidade da educação que vemos na arqueologia do período, onde professores treinavam seu filho e talvez um ou dois outros pupilos em casa. Elas também provavelmente não revelam a realidade da vida nas escolas de Ur III. (TAYLOR, 2013, p. 302)¹⁰

Taylor faz o adendo acerca do período de Ur III, que recobre os séculos XXI e XII BCE, porque, apesar de muitos desses textos literários sobre as chamadas “escolas” serem provavelmente da primeira metade do II milênio, alguns podem ser composições do fim do III milênio (TAYLOR, 2013, p. 302; PEARCE, 1995, p. 2271). Porém, como ele aponta, a realidade que pode ser inferida dos dados arqueológicos conhecidos não difere muito nesse âmbito entre esses dois períodos, e portanto não se parece com aquela representada nos textos sobre a *edubba* em nenhum dos casos.

Em Nippur, no II milênio, de onde, como vimos, provém a grande maioria de tabletas escolares conhecidos, esse cenário do ensino da escrita ligado a áreas residenciais se confirma. A maioria das casas escavadas nesse contexto acabaram por revelar tabletas, muitos desse tipo (VELDHUIS, 2011, p. 71). Algumas dessas residências parecem de fato ter funcionado como local de ensino, ainda que não fossem prédios exclusivamente usados para esse fim educacional, mas sim ainda locais de moradia. Eleanor Robson, no seu artigo *The Tablet House: a scribal school in Old Babylonian Nippur*, de 2001, explora os achados arqueológicos de uma dessas residências, nomeada de Casa F, que teria operado por volta de 1740 BCE. Apesar de ela ser em todos os aspectos muito similar a todas as casas que a circundavam, enquanto o total de tabletas encontrados em todas as outras foi de 209, na Casa F¹¹ o total foi de 1425

¹⁰ “[...] the picture they paint does not match the reality of education as we see it in the archeology of the period, where teachers trained their son and maybe one or two other pupils at home. They also probably do not reveal the reality of life in the Ur III schools either.” (TAYLOR, 2013, p. 302)

¹¹ Robson também faz um comentário conceitual sobre o termo em sumério *edubba*, afirmando que, apesar de às vezes traduzido por “escola”, como o fez S. N. Kramer ao traduzir o texto literário *Schooldays*, como vimos, muitas vezes ele é traduzido como “*tablet house*”, o que estaria mais próximo do termo acadêmico relacionado, *bit tuppim*, literalmente “*tablet house*”. Em seu artigo sobre a Casa F, ela chama a atenção para o fato de que essa residência poderia ser chamada de “casa de tabletas” em ainda outro sentido: muitos dos tabletas encontrados nela estavam inseridos na própria estrutura das paredes, recobrendo pisos e até mesmo móveis como bancos (ROBSON, 2001, p. 45). Esses tabletas não parecem ter sido levados de outro local para a Casa F para serem utilizados como material de construção, pelo contrário, parecem ter sido tabletas produzidos ali mesmo, em contexto escolar, e reutilizados dessa forma (ROBSON, 2001, p. 45). Podemos imaginar que além de um objetivo pragmático e utilitário como material de construção, eles podem ter mesmo tido uma função decorativa. Robson aponta o fato de que foram também encontradas na Casa F caixas de argila, uma feita de tabletas, parcialmente enterradas no chão, no interior das quais havia fragmentos de tabletas em processo de

fragmentos, a maioria deles documentos escolares ou literatura suméria, que, como aponta o assiriólogo Herman Vanstiphout, era quase sempre, senão exclusivamente, utilizada no contexto educacional nesse período (ROBSON, 2001, p. 42; VANSTIPHOUT, 1979, p. 120).

Como vimos até aqui, há muitas continuidades ao longo dos milênios, desde o IV, com o desenvolvimento da escrita, até o II, no que diz respeito ao seu ensino e aprendizagem — o uso das listas lexicais e de sinais para fins educacionais; a escala relativamente pequena dos locais de ensino; sua natureza preponderantemente mista, residencial, mas também local de aprendizado e prática da escrita; e mesmo quem ensinava, escribas mais experientes ou os pais, em alguns casos (TAYLOR, 2013, p. 301; PEARCE, 1995, p. 2270; VELDHUIS, 2011, p. 73). Porém, apesar dessas similaridades, a passagem do III milênio, especialmente sua parte final, o chamado período de Ur III, para o II milênio, em especial sua primeira metade, chamado de período paleobabilônico, foi também um momento de mudanças significativas no que diz respeito à escrita. Para falarmos de *quem* aprendia a escrever e os usos que faziam da escrita, se faz necessário considerar tais diferenças.

Laurie Pearce, assirióloga cujos estudos enfocam a Babilônia no I milênio, aponta algo crucial com relação ao universo da escrita na Mesopotâmia como um todo quando afirma que “Em geral, o anonimato caracterizava a literatura cuneiforme”¹² (1995, p. 2275). De fato, para grande parte dos tabletos cuneiformes conhecidos, não há sinal de autoria e isso é especialmente compreensível se pensarmos na natureza dos tabletos que compõem a maior parte do corpus até hoje escavado, que, como vimos, é de textos administrativos e comerciais. O assiriólogo Jon Taylor aponta algo importante acerca da falta de autoria indicada e a relação desse fato com o tipo de uso da escrita que se via nos períodos mais remotos, do IV e III milênios:

reciclagem. Esse processo de submergir tabletos escolares e seus fragmentos em água para que fossem remoldados e reciclados era comum e atestado em outras casas de ensino, o que nos mostra que a sobrevivência dos tabletos escolares hoje pesquisados para compreensão do sistema de ensino é, na verdade, em grande parte acidental e por sorte nossa (ROBSON, 2001, p. 44; TINNEY, 1998, p. 49). Assim, a realidade arqueológica mostra como é preciso cuidado com a ilusão de objetividade, como aponta Le Goff (1996, p. 535) - esses tabletos não eram feitos para ser preservados, contudo, exemplos como a Casa F nos mostram os mesmos recobrimo as próprias paredes e móveis.

¹² “*In general, anonymity characterized cuneiform literature*” (1995, p. 2275)

As operações administrativas para as quais a escrita foi inventada preexistiam, performadas utilizando tecnologias anteriores. A escrita era, portanto, apenas uma ferramenta atualizada. Aqueles que a utilizaram provavelmente mantiveram seus títulos e funções. Aqueles que produziam os tabletes não nos informam seus títulos, muito menos seus nomes, uma vez que essa informação era redundante. O que parece claro, porém, é que os primeiros escribas eram oficiais altamente qualificados e importantes. (TAYLOR, 2013, p. 293-294)¹³

Assim, compreende-se que nesse contexto inicial de desenvolvimento da escrita, ela era empregada para fins de registro de transações comerciais pelos oficiais encarregados dessas atividades, que passaram a usar a nova tecnologia para tarefas que não eram de forma alguma novas. Com isso, o que se encontra nas escavações são quase sempre tabletes, ou, mais comumente, fragmentos deles, anônimos, sem que possamos saber ao certo quem eram as pessoas responsáveis por essas linhas escritas. Mas, ao mesmo tempo, é esse mesmo contexto que nos informa sobre que classe de pessoas normalmente tinha acesso à escrita e de fato a utilizava, oficiais e membros das classes mais altas da sociedade, usualmente homens, ao passo que a maior parte da população não usava ou acessava essa prática (TAYLOR, 2013, p. 294; PEARCE, 1995, p. 2265).

Entretanto, se nesses momentos iniciais a escrita estava aparentemente mais restrita a atividades administrativas e à parcela de oficiais de governo que cuidavam delas, esse aspecto muda ao longo do III milênio e principalmente na transição para o II milênio. Ao longo do III milênio, os usos da escrita começam a se expandir e variar, e podem ser vistos os primeiros exemplos de textos literários, cartas, inscrições reais. Ainda assim, aqueles que escreviam continuam a ser uma minoria da população,¹⁴ mas uma minoria com prestígio crescente. Esse status não vinha somente do domínio da escrita, mas da própria função administrativa e de gerenciamento desses escribas, que cuidavam de bens de consumo das cidades-estado, como grãos, peixes, e mesmo terra, visto que eram eles que muitas vezes faziam a medição de terrenos e que escreviam contratos ou tratados, estando cada vez mais visíveis e expostos ao público nas

¹³ *“The administrative operations for which writing was invented pre-existed, performed using earlier technologies. Writing was thus just an updated tool. Those who used it would presumably have retained their title and function. Those who produced the tabletes do not give us their titles, let alone their names, since this information was redundant. But what does seem clear is that the first scribes were highly skilled and important officials.”* (TAYLOR, 2013, p. 293-294)

¹⁴ Taylor, citando dados de Waetzoldt (2009), aponta que, mesmo que fossem ainda uma minoria, os escribas se multiplicaram significativamente no período conhecido como Ur III (entre os séculos XXII e XXI BCE) em relação aos anteriores, com estimativas de cerca de 2000 escribas ativos nessa época (TAYLOR, 2013, p. 300; WAETZOLD, 2009, p. 254).

suas tarefas (TAYLOR, 2013, p. 297). Esses escribas, assim, ainda estavam dentro do universo do governo ou palácio, na maioria dos casos, ainda que pudessem também atuar em negócios privados ou em templos. Apesar de receberem compensação por seu trabalho, muitos mantinham uma alta classe social e riqueza não por conta desse retorno, mas sim pelos ganhos com outras atividades comerciais privadas que costumavam exercer, facilitadas inclusive por seu domínio da escrita e habilidade de redigir contratos, como empréstimos e venda de terras (PEARCE, 1995, p. 2273). No II milênio esse uso da escrita ligado a atividades conectadas a instituições como o palácio se expande, rompendo uma barreira e alcançando atores diferentes, que agora passam também a empregar a técnica para fins cada vez mais diversos (VELDHUIS, 2011, p. 72).

Ainda nos últimos anos do III milênio, é possível observar evidências de que essa ampliação dos atores envolvidos estava em curso. No último século do período, paralelamente ao aumento do número de escribas empregados pelo palácio ou ligados às suas atividades burocráticas, com alta especialização, vê-se também indivíduos que escreviam, mas aparentemente menos especializados, produzindo documentos mal escritos, a ponto de serem difíceis de decifrar (TAYLOR, 2013, p. 301). Além disso, enquanto muitos desses escribas eram ainda oficiais de alto status, alguns parecem ter vindo de outras profissões, de famílias que vinham de outras áreas, como produção de óleos, ou mesmo serem escravos que sabiam escrever, indicando que a formação com a escrita podia ser interessante por permitir alguma mobilidade social, mas demonstrando que nem todos que escreviam eram tradicionalmente da elite (TAYLOR, 2013, p. 301-302). Também, e provavelmente não por acaso, é do fim do III milênio, mais especificamente do chamado período sargônico (séculos XXIV - XXIII BCE), que provém aquela que é considerada a primeira evidência de autoria de uma mulher, os poemas de Enheduanna, filha do rei Sargão da Acádia e sacerdotisa do deus lunar Nana. Apesar de alguns autores questionarem a autoria dos textos de Enheduanna, as evidências mais numerosas parecem ratificá-la, ainda que não seja consenso se ela de fato escreveu os manuscritos ou os ditou (KRAUS, 2020, p. 171-174). Contudo, não seria improvável que ela de fato tenha não só composto como também escrito os textos, uma vez que, do mesmo período, há documentação que demonstra a existência de outras

mulheres que sabiam ler e escrever. São exemplos disso Ama-e₂, que consta nos registros como uma comerciante junto de seu marido, e A-sa₆-ga, irmã de um general e envolvida com atividades importantes, como a distribuição de grãos e farinha, ambas as mulheres aparentemente de uma classe social elevada (KRAUS, 2020, p. 174).

Ama-e₂ também é um exemplo de pessoa que sabia escrever e ler, mas não estava a serviço de uma instituição do palácio ou governo, atuando na esfera privada, o que ocorria aparentemente com cada vez mais frequência entre mercadores (VELDHUIS, 2011, p. 71). Exemplos como esses parecem apontar para uma realidade cada vez mais frequente a partir do fim do III e do II milênio, como vimos, em que certas pessoas aprendiam a escrever em contextos familiares ou fora do que poderíamos considerar uma instituição de ensino, talvez até mesmo com colegas de trabalho que já haviam aprendido, ainda que não atuassem propriamente como escribas ou mestres (KRAUS, 2020, p. 169; p. 176). Niek Veldhuis afirma que essa tendência se consolidou durante a primeira metade do II milênio, quando uma série de inovações e mudanças aparecem: novos gêneros textuais ou a multiplicação de alguns antes menos usados, como cartas de cunho pessoal; o uso mais frequente de textos bilíngues, em acádio e sumério, não mais apenas em sumério, que já estava em desuso como língua falada por volta de 2000 BCE; o desenvolvimento e adoção do que se chama de cuneiforme cursivo, que passa a representar uma maior divisão/diferenciação entre aquela forma usada para inscrições monumentais, muitas vezes em pedra, e aquela utilizada para escrever em tabletas de argila e documentos cotidianos; e contextos de ensino/aprendizagem da escrita cada vez mais informais (VELDHUIS, 2011, p. 71-72, VELDHUIS, 2012, p. 11). Para ele, todas essas mudanças denotam uma tendência, ou melhor, parecem ser a consequência dela — “A competência escrita saiu dos ambientes institucionais nos quais ela havia estado acomodada há tanto tempo e se moveu para dentro da esfera familiar em que estava sujeita a todo tipo de experimentação.”¹⁵ (VELDHUIS, 2011, p. 73). Para entender quem usava a escrita, para que fins e como a aprendiam no I milênio, esse cenário transformado do II milênio é crucial, pois, como o próprio

¹⁵ “*Literacy moved out of the institutional settings in which it had been at home for so long and moved into the familial sphere where it was subject to all kinds of experimentation.*” (VELDHUIS, 2011, p. 73)

assiriólogo aponta, essa realidade de uso difundido e mais amplo da escrita perdura até os dias finais da história do cuneiforme (VELDHUIS, 2011, p. 73).

A exploração que fizemos até aqui é também importante para compreendermos não apenas os usos da escrita e os atores envolvidos nesse universo no I milênio, mas mais especificamente na Assíria desse período. O norte da Mesopotâmia, desde os tempos em que Assur era um centro comercial importante, antes da formação do império Assírio, tem um passado difícil de perscrutar no que se refere à escrita, visto que não há, ainda, uma abundância de registros escritos conhecidos que nos informem sobre o início de seu emprego, seus usos e modos de ensino locais. Como afirma Jon Taylor, a escrita tende a se espalhar como um pacote de práticas e tradições e, ao contrário do que pode parecer superficialmente, elas viajavam de região à região não através apenas de tabletes, como objetos, mas sim de escribas e outras pessoas que detinham esses saberes (TAYLOR, 2013, p. 298-299). Assim, junto da expansão da escrita no contexto mesopotâmico, eram levadas com ela formas de ensino e aprendizagem, línguas e outras práticas culturais. No caso do norte da Mesopotâmia, mais especificamente de Assur, é por volta dos séculos XV e XIV BCE que uma importação de escribas passa a ser feita, trazendo do sul, da Babilônia, pessoas que detinham esse conhecimento, que passa a ser cada vez mais necessário conforme, nos séculos seguintes, o império assírio foi se formando e se expandindo, necessitando de mais mãos para fins de registro de suas atividades, em especial comerciais e legais, e mesmo de tradução, tarefa também dos escribas, essencial num contexto imperial multilíngue (POSTGATE, 2013, p. 47-48; PEARCE, 1995, p. 2274; BUYLAERE & LUUKKO, 2017, p. 313).

Dessa forma, os assírios se voltaram para a Babilônia e não apenas importaram de lá as tradições da escrita, como também as adaptaram com muito sucesso, como aponta Niek Veldhuis:

Na ausência de uma herança literária propriamente assíria, os escribas assírios adotaram a tradição babilônica e fizeram dela sua. Essa estratégia foi tão bem sucedida que até hoje o estudo da herança escrita babilônica é chamado de Assiriologia. (VELDHUIS, 2012, p. 11)¹⁶

¹⁶ *“In the absence of an Assyrian literary heritage proper, Assyrian scribes adopted Babylonian scholarship and made it their own. This strategy was so successful that even today the study of the Babylonian written heritage is called Assyriology.”* (VELDHUIS, 2012, p. 11)

Essa escolha não foi arbitrária, uma vez que, como vimos, a Babilônia era ao II milênio um grande centro de ensino da escrita e de expertise nessa prática. Porém, talvez mais importante do que isso fosse o fato de que a Babilônia manteve suas raízes diretamente ligadas à cultura mais antiga, suméria, através da preservação de seu próprio pacote de tradições ligado à escrita, como também discutimos até aqui, a saber, o uso das listas lexicais como forma de ensino, a manutenção do idioma sumério como língua da cultura escrita e de seu contexto escolar, a própria herança linguística das palavras e sinais cuneiformes sumérios preservada e repassada, através dessas listas lexicais, de escriba a escriba através de períodos de mais de um milênio (TAYLOR, 2013, p. 295-297). Para os governantes assírios, apropriar-se da herança e tradições escritas babilônicas significava, portanto, ligar-se diretamente à uma tradição de peso, ampla em todos os sentidos e principalmente em um muito valorizado pela Assíria, o cronológico – significava, em última instância, associar-se a uma antiguidade culta, consolidada, num contexto em que, como afirma o historiador Peter Machinist, “*older is better*” (VELDHUIS, 2012, p. 14-16; MACHINIST, 1984/1985, p. 359.)

Apesar de as informações acerca do ensino da escrita serem mais escassas quando se trata da Assíria, a partir do II milênio, em especial do chamado Médio Império Assírio, quando, conforme vimos, essa importação assíria das tradições escritas babilônicas passa a se intensificar, podemos ver muitas continuidades com a realidade babilônica do mesmo período. Essas continuidades são fruto de escolhas e de interesses, adotadas, para usar o termo de Taylor, como um pacote de tradições. Elas envolvem aspectos de uso, ensino e atores envolvidos com o mundo da escrita nesse contexto assírio. Acerca do ensino, ele parece ter sido muito inspirado naquele do período paleobabilônico, do sul, utilizando as listas lexicais e de sinais, através do sumério, ainda que esse idioma não tivesse qualquer relação ou tradição literária nativa com a região do norte da Mesopotâmia (VELDHUIS, 2012, p. 12; p. 17).

Sobre quem escrevia e para que fins, pode-se dizer que também na Assíria do II milênio uma minoria da população sabia escrever e ler, sendo alguns dos que sabiam escrever de famílias que se especializavam na escrita, podendo ter sido ensinados nesse contexto familiar ou com escribas mais experientes, mas provavelmente não em instituições exclusivamente dedicadas

ao ensino, já que elas não parecem ser encontradas no registro arqueológico nessa região e período (POSTGATE, 2013, p. 47-49). Essas pessoas que sabiam escrever usualmente eram ligadas ao palácio, ainda que nem todas fossem apenas escribas, algumas podiam ser oficiais ou ter outras funções administrativas e também aprendiam a escrever para cumprir funções legais como redação de contratos, registro de trocas comerciais, como vimos ser o caso na Babilônia na mesma época.

Enfim, os usos da escrita nesse período parecem ter sido majoritariamente utilitários e cotidianos, o que é atestado pela frequência de documentos redigidos por mercadores e comerciantes que atuavam no setor privado, demonstrando que ela era utilizada para além das necessidades do governo (POSTGATE, 2013, p. 49-51; p. 57). Com relação a esses usos, se faz interessante notar que ainda que documentos formais, como aqueles de natureza legal, fossem muitas vezes escritos em sumério, documentos como cartas, ou aqueles de natureza comercial cotidiana e do setor privado eram comumente escritos no dialeto assírio¹⁷. É interessante apontar que houve também algumas flutuações nos usos e atores da escrita na Assíria ao longo do próprio II milênio, sendo o momento inicial (o chamado Império Assírio Antigo) marcado pelo uso de um tipo de cuneiforme mais simplificado, utilizado principalmente para fins utilitários, por mercadores que escreviam no dialeto assírio antigo. Já no período do Médio Império Assírio, ainda que a escrita continuasse sendo usada tanto por mercadores quanto por pessoas ligadas ao palácio, com a intensificação da importação das tradições babilônicas de escrita, observam-se mudanças nesse contexto, como maior uso de sumerogramas em documentos oficiais, mais textos de caráter especializado que provavelmente seriam de difícil compreensão a não ser por aqueles poucos indivíduos altamente treinados no uso da escrita (BUYLAERE & LUUKKO, 2017, p. 322). Muitas dessas características parecem se manter para o período do I milênio, do Império Neo-assírio, que exploramos mais a fundo em suas continuidades e especificidades no capítulo 3 deste trabalho.

¹⁷ O assírio foi um dialeto do acádico, falado principalmente ao norte da Mesopotâmia, assim como o babilônico também era um dialeto, das regiões ao sul. Usualmente, pesquisadores modernos tratam, portanto, ambos como variações de uma mesma língua, o acádico, apesar de eles apresentarem variações linguísticas, assim como o sistema cuneiforme de escrita utilizado para escrever um e outro também tivesse diferenças entre sua forma assíria e babilônica. (LUUKKO & BUYLAERE, 2011, p. 313-314)

1.2 “Letramento” e conceitos relacionados no debate sobre a escrita no contexto mesopotâmico

Nesta seção, continuamos a discussão sobre a escrita e seus usos na Mesopotâmia, mas enfocando a exploração de noções importantes para esse debate, como a de “letramento”, “escriba” e outras relacionadas. Assim, além de pensarmos sobre quem escrevia e para que fins nesse contexto, propomos também algumas considerações conceituais sobre os termos que empregamos para discutir esses temas e as consequências em potencial do uso desses conceitos. O objetivo aqui, ao contrário de definir ou prescrever conceitos, é mapear e explorar alguns termos já em uso na literatura acerca da escrita na Mesopotâmia, de forma a empregá-los com atenção na discussão que segue nos capítulos seguintes, bem como testar seus limites nesse âmbito.

Conforme vimos na seção anterior, há muitas continuidades quando se fala nos usos da escrita na sociedade mesopotâmica, ainda que existam também diferenças significativas a depender do espaço do qual tratamos ou do milênio. De forma geral, a escrita foi, ao longo do tempo e na ampla região entre os rios Tigre e Eufrates, uma prática utilizada por setores específicos da sociedade, não parecendo haver evidências de que a maior parte da população soubesse escrever e ler, ou de que se pudesse falar em “letramento em massa”. Também vimos que, das pessoas que detinham esse saber, ao longo dos milênios ainda que uma parte delas estivesse ligada às instituições de governo ou trabalhasse para o palácio, outra parcela atuava também – ou mesmo exclusivamente – no âmbito privado, como era o caso dos mercadores do II milênio na Assíria. Por fim, observamos que a escrita esteve, desde seu desenvolvimento inicial, ligada a usos utilitários, de registro de atividades de trocas, comerciais, sendo usos para correspondência, em especial pessoal, ou para literatura desdobramentos posteriores. Contudo, percebemos que um tipo de documento, as listas lexicais e de sinais, surgiram tão logo surgiu a própria escrita e foram centrais para seu ensino, no que é um incrivelmente duradouro sistema de ensino/aprendizagem surgido no sul, aprimorado na Babilônia do II milênio e importado pelo norte, a Assíria, nesse mesmo período, mantendo sua importância para a preservação da escrita até o fim da história do cuneiforme.

Esses contextos de ensino nos informam de maneira privilegiada sobre aquilo que normalmente se chama de “letramento”, de seus níveis e nuances no

contexto mesopotâmico e na Assíria especificamente. De forma privilegiada pois é através dos registros, como vimos, muitas vezes acidentais, que esses ambientes de ensino nos legaram que podemos entrever o que significava saber escrever nesse contexto e como isso mudou de uma região ou de um milênio a outra(o). O período paleobabilônico, especialmente em Nippur e Ur, nos deixou uma grande quantidade de tabletas escolares que permitiram delinear o que seria o currículo utilizado não apenas nessas regiões, mas que provavelmente foi importado para a Assíria, viajando junto do pacote de tradições escritas no II milênio. Com os estudos intensificados desses materiais a partir dos anos 1990, assiriólogos como Steve Tinney têm mapeado com mais e mais clareza não apenas como o currículo de ensino se organizava, mas também, com isso, quais eram os objetivos do ensino e quais os níveis possíveis de competência da escrita que podiam ser almejados.

Tinney, citando Hermann Hilprecht, epigrafista das primeiras escavações em Nippur no fim do século XIX, aponta algo importante acerca dos primeiros passos dos aprendizes em direção ao uso da escrita, a saber, que eles eram também inicialmente treinados na tarefa básica mas essencial de confeccionar os próprios tabletas de argila. Os aprendizes provavelmente traziam consigo os materiais e aprendiam a preparar e moldar a argila em tabletas, o que demonstra que essas pessoas tinham que treinar também atividades manuais, como artesãos, e saber escrever passava por dominar essas tarefas (TINNEY, 1998, p. 41; PEARCE, 1995, p. 2267, p. 2270). Parte desse primeiro estágio de aprendizado era também um exercício manual e motor e consistia em aprender a manejar o objeto de madeira com ponta quadrada ou triangular de forma a imprimir na argila as formas verticais, horizontais e diagonais utilizadas em combinação para formar os sinais cuneiformes. Em seguida, era chegado o momento de treinar combinar essas formas com sinais que de fato tinham valor lexical ou fonético, repetindo-os, contudo, sem prestar muita atenção ao seu valor, mas sim focando sua correta impressão na argila. Após esses exercícios, havia também aqueles destinados à repetição de sinais enfocando seu valor silábico, que enfatizavam sua pronúncia. Esses exercícios ficaram conhecidos dos pesquisadores modernos pelas sílabas da primeira linha copiada nos tabletas, Tu-Ta-Ti, e introduziam cerca de 80 sílabas possíveis aos aprendizes,

que, em seguida, passavam a estudar com a repetição das listas lexicais (TINNEY, 1998, p. 41-44; PEARCE, 1995).

É importante lembrar que, como vimos, esses exercícios serviam a dois objetivos, a saber, o aprendizado da escrita e da própria língua suméria, que estava na base dos contextos de ensino na Babilônia e, portanto, na Assíria, ainda que do II milênio em diante a língua vernacular em ambos os locais fosse o acádio, em suas variações dialetais (PEARCE, 1995, p. 2270, VELDHUIS, 2012, p. 12). Assim, aprender a escrever nesse contexto envolvia o treino manual com a produção dos tabletas e uso do instrumento de madeira para formação dos sinais, além do aprendizado de uma língua estrangeira, pelo menos em seus rudimentos. Apesar disso, como vimos e afirma Vanstiphout, o objetivo principal com o uso das listas lexicais não era o aprendizado da sintaxe ou morfologia da língua suméria, mas, em última instância, o aprendizado do sistema de escrita cuneiforme (VANSTIPHOUT, 1979, p. 119). Dado que as listas faziam parte desse primeiro momento de ensino, que poderíamos chamar de ensino elementar, pode-se afirmar que essa fase era focada no aprendizado da escrita *através* do sumério.

Porém, havia um estágio posterior, mais avançado, de ensino, em que usualmente a literatura suméria tinha mais centralidade,¹⁸ e que não só se baseava como exigia e desenvolvia uma maior habilidade com a própria escrita e com esse idioma (TINNEY, 1998, p. 46; PEARCE, 1995, p. 2271). Também nesse estágio, os aprendizes mais avançados recebiam uma educação para fins específicos, mais técnicos, que os preparava para lidar com contextos escritos em que seria preciso redigir e ler contratos, outros documentos legais e administrativos, de cunho religioso, como hinos, além de desenvolver habilidades matemáticas e musicais – essa última especialmente para aqueles que fossem trabalhar em templos (PEARCE, 1995, p. 2271, POSTGATE, 2013, p. 50-51).

¹⁸ Robson afirma, baseada nos dados de seu estudo sobre a Casa F que vimos na seção anterior, que a ordem do currículo escolar do período paleobabilônico tinha certa variação de região para região ou a depender da escola, mas que os elementos (textos, tipos de exercícios) que o compunham parecem ter sido os mesmos consistentemente (ROBSON, 2001, p. 48). Estando a Babilônia nesse período numa posição superior em termos de conhecimento escrito e ensino, com uma tradição já bem estabelecida e antiga, parece seguro afirmar que uma dinâmica similar de ensino foi utilizada na Assíria, tendo sido importada como pacote cultural junto dessa tradição escrita (HEEßEL, 2017, p. 368-369; ZAMAZALOVÁ, 2015).

Esse estágio avançado, no entanto, não era seguido pela maior parte dos alunos. Estima-se que apenas cerca de 10% dos aprendizes seguiam os estudos até se tornarem escribas especialistas (PEARCE, 1995, p. 2272-2273; LENZI, 2013, p. 22). O primeiro estágio da educação, então, era o suficiente para o uso mais frequente da escrita, aquele para fins administrativos e institucionais (campo de atuação de cerca de 70% dos escribas, sendo cerca de 20% atuantes no meio privado com tarefas relacionadas a atividades comerciais) (PEARCE, 1995, p. 2275). A enxuta minoria se especializava não apenas na língua suméria ou na escrita cuneiforme, mas em atividades altamente importantes como exorcismo, astronomia, medicina, entre outras, muitas de extrema relevância para o palácio e os reis, dado que elas permitiam traçar os rumos dos governos e cuidar da saúde dos governantes. Essa relação entre governantes e especialistas se aprofundou ao longo do I milênio e, no período neo-assírio, já havia uma forte associação entre a própria literatura especializada e o palácio e o templo, onde eram produzidas obras, ou coletadas e arquivadas para consulta (PEARCE, 1995, p. 2275). Falaremos mais a fundo dessa relação, em especial no reinado de Assurbanípal, nos capítulos 2 e 3.

Cabe aqui um comentário sobre o termo acádico *ummânu*, às vezes traduzido como “professor”, especialmente quando se fala de educação escriba na Mesopotâmia. Apesar de útil didaticamente, a tradução/noção de “professor(a)” pode por vezes mascarar a amplitude de usos e sentidos da palavra acádica, uma vez que ela parece ter sido usada para se referir de forma mais geral a especialistas ou pessoas proficientes em atividades variadas de saber, como as que mencionamos acima. Assim, o termo ia além daqueles especializados em ou ensinantes de sumério ou escrita (PEARCE, 1995, p. 2275). Essa palavra nos aponta, portanto, para uma classe de especialistas em áreas diversas, mas unidos em torno do seu saber e uso específico da escrita, que servia não apenas a fins utilitários, mas para a preservação, pesquisa e continuidade desses conhecimentos especializados. Na literatura em inglês, essa classe parece ser comumente referida pelo termo “*scholar scribes*”. Nesse sentido, vale também um comentário acerca desse conceito e do próprio termo “escriba”. Desde o início do desenvolvimento da escrita como forma de registro de uma língua (o sumério, ainda no III milênio, como vimos), e concomitantemente ao surgimento dos primeiros documentos de natureza

variada e não mais apenas contábeis/comerciais, começa a se delinear essa categoria específica de escribas, os “*scholar scribes*” (TAYLOR, 2013, p. 297). Tais escribas já não eram mais apenas pessoas que sabiam escrever e ler, mas sim esses especialistas em áreas diversas, normalmente prestigiados, empregados do palácio, alguns galgando a escada profissional e garantindo posições de proximidade e confiança de membros da realeza (PEARCE, 1995, p. 2273). Mais do que isso, eram aqueles que conheciam os textos mais antigos, que copiavam e serviam de guardiões das listas lexicais mais remotas, do período de Uruk, que já no III milênio eram consideradas por esse restrito grupo “antigas e prestigiosas”¹⁹, nas palavras de Jon Taylor (2013, p. 297).

Essa divisão parece ter se mantido pela Mesopotâmia por todo o resto da longa história da escrita cuneiforme, assim como parece ter se mantido a realidade de uma maioria da população que não fazia uso da escrita e apenas uma minoria que a utilizava (TAYLOR, 2013, p. 297). Optamos aqui por traduzir e chamar essa classe de “escribas especialistas”²⁰, para evitar o termo “acadêmicos”, que poderia evocar noções anacrônicas para nós. Também evitamos “especializados”, que talvez remetesse à ideia de que seriam especializados *apenas* na escrita ou que apenas esses seriam especializados, dado que, como vimos, grande parte dos escribas trabalhavam com funções administrativas e eram portanto especializados nelas, passando pelo estágio inicial de ensino. Esses escribas especialistas não só guardavam, como também eram aqueles que produziam aquilo que se poderia chamar de ciência e literatura mesopotâmica (PEARCE, 1995, p; 2275).

Quando falamos em guardar, não se trata apenas da produção e transmissão desse conhecimento escrito, mas também de um certo protecionismo com relação à própria escrita e os saberes que ela registrava. Como afirma Alan Lenzi, professor e especialista em estudos bíblicos e do antigo Oriente Próximo, os escribas especialistas da Babilônia e Assíria utilizavam

¹⁹ “*ancient and prestigious*” (TAYLOR, 2013, p. 297)

²⁰ Encontramos esse termo ou similares em trabalhos em português ou de pesquisadores nacionais, como no texto “Os escribas e sua significação para a transmissão escrita do pensamento” (1981), de Ursula Ephraim Katzenstein (“instrução especializada”, p. 95); no artigo “Escritas e escribas: o cuneiforme no antigo Oriente Próximo” (1998/1999), de Kátia Pozzer (“especialista”, p. 67); e no artigo “Os relevos palacianos assírios em contexto” (2018), de Leandro Ranieri (“escribas especialistas”). Ainda que não seja possível afirmar se esses termos, em especial aquele usado por Ranieri, correspondem ao mesmo recorte aqui realizado e ainda que tenhamos os encontrado após finalizar a escrita deste capítulo, achamos importante frisar seu emprego em trabalhos brasileiros anteriores.

ações diversas para criar, manter e propagandear uma aura de segredo em torno de sua prática da escrita. Isso contribuía para a manutenção de seu próprio prestígio e poder na sociedade mesopotâmica, em que não apenas eles sabiam ler e escrever em meio a uma maioria que não o sabia, como sabiam mais, sobre mais assuntos e textos mais antigos do que o restante dos escribas, num contexto em que a tradição e a noção de um passado antigo eram, como vimos na seção anterior, muito prestigiadas (LENZI, 2013, p. 19-22).

O contexto de ensino, conforme o exploramos, era ele próprio, segundo Lenzi, um dos veículos através dos quais esse conhecimento de elite e secreto era propagandeado. Afinal, desde os primeiros exercícios com os tablets, no estágio elementar de ensino, os aprendizes estavam cientes da existência de um estágio avançado e restrito a uns poucos alunos (LENZI, 2013, p. 22). Também nos próprios tablets encontrados nos palácios neo-assírios essa natureza e distinção eram anunciadas, já que muitas vezes eles traziam um colofão que afirmava se tratar de documento para consulta de escribas especialistas apenas, como aponta Laurie Pearce:

Os colofões desses tablets eram um veículo através do qual os escribas podiam assegurar, de forma auto-perpetuadora, que o aprendizado era apenas para aqueles iniciados em seus segredos. Avisos para esse efeito podiam afirmar: “Um segredo do especialista. O não iniciado não deve ver.” (PEARCE, 1995, p. 2274)²¹

Assim, vemos que a ideia da competência escrita era, um tanto como hoje, um conceito amplo, e termos como “escriba”, quando falamos desse contexto, podem em certa medida homogeneizar uma realidade em que, em verdade, o “letramento” parece ter existido como um espectro de graus diversos, como afirma o assiriólogo Nicholas Kraus (2020, p. 170).

O termo “letramento” traz consigo também certa bagagem que evoca noções enraizadas num universo de escritas alfabéticas, conectado ao pensamento linguístico do século XIX e ligado a concepções modernas do que significa saber ler e escrever. Dessa forma, cabe aqui uma breve reflexão acerca de seu uso quando se fala da antiguidade mesopotâmica. Magda Soares, especialista em letramento, ao fazer uma revisão da história do termo, aponta

²¹ *“The colophons to these tablets were a vehicle by which the scribes could assert, in a self-perpetuating way, that learning was only for those initiated into its secrets. Warnings to this effect might read: “A secret of the scholar. The uninitiated shall not see.”* (PEARCE, 1995, p. 2274)

aspectos importantes acerca dele que, apesar de referentes ao seu uso contemporâneo, podem nos ajudar a pensar algumas potenciais consequências de sua aplicação em debates sobre usos da escrita na antiguidade, como é o caso desta pesquisa.

Soares aponta que o conceito de letramento é relativamente recente, tendo surgido mais ou menos simultaneamente, na década de 1980, em vários países geográfica, cultural e socioeconomicamente distintos e distantes, citando como exemplos específicos o Brasil, os Estados Unidos e a Inglaterra, além da França (SOARES, 2004, p. 5-6). Observar esse desenvolvimento em países diferentes, especialmente no que concerne aqueles anglófonos e a França, é útil a nosso propósito, uma vez que uma das questões problemáticas para a pesquisa é precisamente uma de natureza tradutória – dado que a vasta maioria da produção acadêmica na área da escrita na Mesopotâmia é em inglês, havendo também significativa literatura em francês, é preciso lidar com a decisão de como encarar e traduzir termos comumente utilizados nesses idiomas para esse debate, como “*literacy*”, de amplo uso na literatura em inglês sobre o assunto. Em última instância, a questão é como falar sobre esse tema em português, prestando atenção às possíveis evocações que termos como “letramento” podem trazer.

Não foi por acaso, conforme mostra Soares, que o desenvolvimento desse conceito se deu quase concomitantemente em países e realidades diferentes. Apesar de o termo “*literacy*” estar dicionarizado desde o fim do século XIX no contexto anglófono, foi somente nos anos 1980 que ele passou a ser consistentemente usado como conceito para se referir ao fenômeno dos usos sociais da escrita e leitura, diferenciando-se daquele conhecido em inglês como “*reading instruction*”, ou o que costumamos chamar em português de “alfabetização”, o processo formal de aprendizado ou ensino do sistema da escrita (SOARES, 2004, p. 6). Esse uso consistente como conceito e o próprio campo de estudos acerca do fenômeno por ele nomeado se desenvolve nesse período em contextos diferentes em grande medida por influência do debate instaurado na mesma época (final dos anos 1970) pela UNESCO, que propunha a ampliação do conceito de “*literate*”, passando à utilização do termo “*functionally literate*”. Essa proposta da UNESCO estava diretamente ligada a uma preocupação crescente quanto à necessidade de investigar e avaliar não

apenas a capacidade das pessoas de saber ler e escrever, ou seja, de conhecer o sistema de escrita, mas sim de usá-lo para fins sociais específicos. Dessa forma, passa-se a falar, no Brasil, em “letramento”; em Portugal, em “literacia”; em contextos anglófonos, em “*literacy*”; em contextos francófonos, em “*illettrisme*” (SOARES, 2004, p. 6-7). Nos países desenvolvidos, afirma ela:

as práticas sociais de leitura e de escrita assumem a natureza de problema relevante no contexto da constatação de que a população, embora alfabetizada, não dominava as habilidades de leitura e de escrita necessárias para uma participação efetiva e competente nas práticas sociais e profissionais que envolvem a língua escrita. (SOARES, 2004, p. 6)

Já no Brasil, a preocupação com o fenômeno do letramento passou, historicamente, não apenas pela questão dos usos sociais da escrita e da leitura, como também, desde o início, por uma discussão sobre o próprio processo de alfabetização. Soares, portanto, afirma que, no Brasil, o conceito de “letramento” esteve sempre enraizado naquele de “alfabetização”, tendo este último passado por uma paulatina expansão, de forma a não tratar mais apenas do processo formal de ensino/aprendizagem do sistema de escrita, mas englobar também o de “letramento”, referindo-se ao “ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita” para práticas sociais que envolvem a escrita (SOARES, 2004, p. 7).

Acerca da noção de “*literacy*”, ou “letramento” para o termo em português, Greg Woolf, historiador que trabalha com a área de usos da escrita na antiguidade, afirma que seu uso nesse contexto, geralmente em dicotomia com a noção de oralidade, é tradicional, tendo seu uso se intensificado desde a metade do século XX. Contudo, ele questiona tal dicotomia evocada pela noção de “letramento”, pois, segundo ele, ela pressupõe duas questões problemáticas: que haveria uma contraparte do conceito de “letrado” para a oralidade, algo que, para a língua nativa, seria inexistente; e que, quando se insere nessa dicotomia, sugere-se que o “letramento” estaria necessariamente ligado à competência com a língua (WOOLF, 2015, p. 31-21). De fato, se pensarmos a partir do que foi elaborado pelo linguista Ferdinand de Saussure, a escrita não se confunde jamais com o fato social da língua (SAUSSURE, 1916, p. 22-23), sendo ela um fenômeno externo à língua, de natureza psicofísica, artificial e não natural (SAUSSURE, 1916, p. 30). Essa preconcepção e sobreposição de noções, segundo Woolf, é compreensível quando se pensa a partir de sistemas de escrita

alfabéticos, em que o objetivo tende a ser a representação fonética mais fiel possível da fala (WOOLF, 2015, p. 32). Segundo ele, é frequente a visão de que, na realidade, a escrita ela própria teria sempre como fim essa representação fonética, confundido-se com a visão acerca dos sistemas alfabéticos, o que não seria por acaso, mas motivado pelo fato de que o sistema usado hoje pela maioria das línguas européias é dessa natureza, legado dos gregos. No entanto, quando se adota essa perspectiva, incorre-se em uma visão eurocêntrica que relega sistemas como o cuneiforme e todas as sociedades que o utilizaram por milênios a um mero estágio pré-desenvolvido da escrita, conforme afirma ele

A escrita alfabética emerge como o sistema mais evoluído e mais eficiente. Contudo, essa narrativa levanta grandes problemas: devemos mesmo imaginar que as civilizações da Idade do Bronze do Antigo Oriente Próximo estavam todas tateando em direção à transcrição fonética, mas a atingiram tão tardiamente? [...] O eurocentrismo da narrativa evolutiva padrão da escrita é patente. Ela evoca uma noção orientalizante de progresso no Ocidente contrastado com um atraso do Oriente. (WOOLF, 2015, p. 32)²²

Para ele, bem como para assiriólogas como Karen Radner e Eleanor Robson, que estudam não apenas os níveis de competência escrita mas também de numerização na Mesopotâmia, o sistema cuneiforme e as sociedades que o utilizaram – que elas agregam sob o conceito de culturas cuneiformes (RADNER & ROBSON, 2011, p. xxvii) –, é preciso portanto escapar dessa noção de escrita. Não apenas isso, mas também ampliar a própria noção de “letramento” que a acompanha, de forma a dar conta de um conhecimento que não estava ligado somente a saber ler e escrever com um sistema que representasse foneticamente a fala, mas sim que envolvia saber *fazer uso*, para utilizar as palavras de Magda Soares, de um sistema de escrita logossilábico e que foi, desde seu desenvolvimento, muito utilizado para registros na verdade numéricos.

Como vimos na seção anterior, esse sistema de escrita foi usado para registrar trocas comerciais, e portanto números, muito antes de ser utilizado para representar a língua suméria. Cerca de 95% de toda a documentação cuneiforme conhecida, estima Woolf, citando Robson, são essencialmente

²² “Alphabetic writing emerges as the most evolved and most efficient system. Yet this account raises major problems: are we really to imagine that the Bronze Age civilizations of the Near East were all groping their way towards phonetic transcription, yet achieved it so late? [...] The Eurocentrism of the standard evolutionary account of writing is patent. It evokes an orientalizing notion of progress in the West contrasted with Eastern backwardness.” (WOOLF, 2015, p. 32)

tabletes de natureza administrativa ou comercial, numérica (WOOLF, 2015, p. 34-35). A numerização, portanto, precedeu o “letramento” historicamente no que se refere às culturas cuneiformes. Mesmo depois dos desenvolvimentos de usos mais fonéticos de representação da língua com esse sistema de escrita, a numerização seguiu como parte central das culturas cuneiformes até o fim de sua utilização (WOOLF, 2015, p. 35). Por fim, Woolf propõe uma reconceitualização de ideia de “letramento” para a antiguidade: “As mais úteis definições interculturais de letramento antigo enfatizarão a competência em fazer uso de um amplo conjunto de sistemas de sinais gráficos que incluíam – mas não estavam limitados a – sinais utilizados para representar a fala.”²³ (WOOLF, 2015, p. 38, grifo nosso). Essa reconceitualização não está longe daquilo que apontou Soares quando falava da noção de “letramento” aplicada a contextos modernos, enfocando a *competência de fazer uso* da escrita para práticas sociais diversas.

O objetivo deste trabalho, como frisamos, não é definir ou prescrever novos conceitos, nem podemos ter a ilusão de resolver questões conceituais de termos que têm já uma tradição de uso no campo. O intuito, pelo contrário, é propor reflexões acerca de conceitos essenciais ao debate específico aqui focado, e, nesse esforço, opta-se por utilizar o termo “letramento” com atenção a essas noções relacionadas por ele evocadas, e, sempre que possível, utilizar a noção de usos da escrita ou competência escrita como ferramentas de discussão. No que se refere, então, aos diferentes níveis de competência escrita e de leitura na Mesopotâmia, e também especificamente na Assíria, podemos ainda citar os estudos dos assiriólogos Dominique Charpin (2004) e Niek Veldhuis (2011).

Conforme Veldhuis, a impressão, devido à nossa visão alfabético-centrada, de que o sistema cuneiforme era intrinsecamente mais difícil e complexo do que nosso sistema alfabético, é ilusória. Ela se torna mais aguda por conta de nosso distanciamento histórico com o universo das culturas cuneiformes. Vale enfatizar novamente que o conhecimento que hoje temos do sistema cuneiforme é um acumulado de sinais utilizados ao longo de toda a sua longa história, em línguas distintas, acádico e sumério, que mudaram elas

²³ “The most useful cross-cultural definitions of ancient literacy will emphasize competence in using a broad set of graphic sign systems that included – but were not limited to – signs used to encode speech.” (WOOLF, 2015, p. 38, grifo nosso)

próprias com o tempo, ao passo que a maioria de seus usuários contemporâneos tinha que lidar apenas com o estado presente do sistema e da língua (2011, p. 70-71). Falar sobre os níveis de competência escrita na Mesopotâmia, segundo ele, envolve investigar não apenas os mais avançados, atingidos pelos escribas especialistas, que recebiam treinamento formal, mas também sobre os níveis mínimos, aqueles que seriam suficientes para usos da escrita em situações comerciais e cotidianas, por exemplo, talvez aprendidos fora do contexto formal. Citando Charpin (2004), em estudo acerca dos níveis de competência escrita no período paleobabilônico, ele afirma que, apesar de listas modernas reconhecerem cerca de 1000 sinais cuneiformes, um escriba desse período necessitaria de apenas cerca de 112 silabogramas e 57 logogramas para alcançar uma competência escrita plena em acadico, língua de uso corrente nesse período (CHARPIN, 2004, 501). Já mercadores assírios por volta do início do II milênio pareciam utilizar ainda menos sinais, o que indica que para alcançar um nível de competência suficiente para usos de registro comercial e contábil, era possível fazer uso de um número bastante enxuto de silabogramas e logogramas (VELDHUIS, 2011, p. 71).

Veldhuis propõe, assim, 3 tipos de competência escrita que representariam níveis e usos diferentes dessa prática: a competência funcional, aquela ligada ao nível mais básico possível de uso da escrita, com conhecimento necessário para ler e escrever uma carta ou um documento comercial cotidiano. Essa competência normalmente poderia ser encontrada fora do âmbito profissionalizado dos escribas, e fora das instituições como o palácio, possuída muitas vezes por comerciantes que talvez aprendessem a escrever em contextos não formais e que faziam uso privado da escrita (VELDHUIS, 2011, p. 71; p; 85). A competência técnica, por sua vez, seria aquela ligada a gêneros textuais específicos, de áreas do saber diversas que exigiam jargão especializado, como exorcismo, astronomia, textos médicos. Ela, portanto, está ligada a um nível de competência mais avançado e específico, dando acesso a textos que pessoas com nível de competência apenas funcional teriam dificuldade de entender (VELDHUIS, 2011, p. 73-74). Por fim, a competência especializada era aquela alcançada pelos escribas especialistas, a mais avançada e que, conforme vimos, era de certo modo protegida, pois estava ligada à produção e manutenção de prestígio social. Conforme o autor explica:

A competência especializada não se refere primariamente à habilidade de escrever textos especializados, mas, pelo contrário, ao conhecimento da história e possibilidades do sistema cuneiforme no sentido mais amplo do termo. A competência especializada transformou o sistema de escrita em um objeto de conhecimento e pesquisa especializados.²⁴ (VELDHUIS, 2011, p. 80)

Mais do que isso, essa competência parece ter se tornado uma ferramenta de produção de identidade, agrupando os escribas especialistas, detentores desse nível de competência, sob uma identidade escriba “que transcendeu as fronteiras do tempo e do espaço”²⁵ (VELDHUIS, 2011, p. 83). As noções de competência da escrita propostas por Veldhuis são retomadas no capítulo 3, em especial a última, ligada aos círculos de escribas especialistas, quando focado em maior detalhe o contexto assírio do século VII e as relações de Assurbanípal com a escrita.

²⁴ “Scholarly literacy does not refer primarily to the ability to write scholarly texts, but rather to the knowledge of the history and possibilities of the cuneiform system in the widest sense of the term. Scholarly literacy made the writing system into an object of scholarly knowledge and research.” (VELDHUIS, 2011, p. 80)

²⁵ “that transcended boundaries of time and place” (VELDHUIS, 2011, p. 83)

PARTE II

2 ASSURBANÍPAL E SUA RELAÇÃO COM A ESCRITA

Como afirma o historiador Peter Machinist, quando fala das relações complexas e de longo termo entre a Babilônia e a Assíria, “[...] é artificial manter questões políticas, militares e culturais separadas. Elas são indissociáveis.” (MACHINIST, 1984/85, p. 362). Concordando com essa afirmação, consideramos que, para melhor compreender o papel da escrita cuneiforme, dos níveis de competência escrita e seus usos no período neo-assírio, em especial durante o reinado de Assurbanípal, no século VII AEC, é importante analisar os desdobramentos desses âmbitos nesse contexto e suas inter-relações. Assim, dado o escopo deste trabalho e a fonte selecionada, a chamada inscrição real L4 de Assurbanípal, este capítulo é dedicado a explorar elementos políticos e culturais importantes acerca do rei neo-assírio que preparam o caminho para a análise da inscrição, no capítulo seguinte.

O presente capítulo é dividido em duas seções: na primeira delas, intitulada “Rei do universo, rei da Assíria: a ascensão de Assurbanípal ao trono”, tratamos da vida de Assurbanípal, em especial o período de sua preparação para e subida ao trono. Na segunda seção, “A biblioteca de Assurbanípal e o contexto imperial”, focamos na formação daquele que é talvez o feito pelo qual Assurbanípal seja melhor conhecido, a chamada biblioteca de Assurbanípal, ou de Nínive, a maior biblioteca conhecida anterior à Biblioteca de Alexandria. Buscamos investigar como se deu sua formação, levando em conta sua materialidade, localização, composição da coleção de tabletes, formas de coleta destes, entre outros aspectos políticos e culturais envolvidos em sua consolidação no contexto imperial assírio.

2.1 Rei do universo, rei da Assíria: a ascensão de Assurbanípal ao trono

Antes de passarmos à análise da inscrição real de Assurbanípal, se faz interessante explorar algumas informações biográficas a seu respeito de forma a contextualizar seu período de reinado e a Assíria nesse momento. Apesar de as evidências e fontes textuais não serem muito abundantes para alguns períodos anteriores da história dessa região norte da Mesopotâmia, o I milênio conta com fontes mais numerosas, principalmente o período da chamada Dinastia

Sargônida (722-609 AEC), iniciado com a ascensão do rei Sargão II ao trono do império neo-assírio em 722 AEC. O reinado de Assurbanípal (668-ca 627 AEC), em especial, nos legou um grande número de fontes, entre textos literários, documentos administrativos, relevos e uma extensa correspondência entre a família real e seus conselheiros e escribas especialistas (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 314).

Entre essas fontes, estão inscrições reais como a que analisamos neste trabalho. Não por acaso, elas também são encontradas em grande número no reinado de Assurbanípal, afinal, como afirma o assiriólogo Nils Heeßel em seu artigo “*Assyrian scholarship and scribal culture in Ashur*”, os assírios não apenas importaram a tradição escrita da Babilônia, mas a adaptaram e uma das inovações que implementaram foi o gênero textual das inscrições reais (Heeßel, 2007, p. 370). Apesar de não ser totalmente novo, esse tipo de inscrição ganha novas características na Assíria, em especial no período neo-assírio, com as narrativas acerca dos feitos (especialmente, mas não unicamente, militares) dos reis tornando-se complexas, muito detalhadas e bastante longas.

Assim, o período da Dinastia Sargônida e o reinado de Assurbanípal nos deixaram uma vasta gama de fontes que nos permitem vislumbrar o contexto imperial assírio, a subida desse rei ao trono, bem como os reinados de seus antecessores. Assurbanípal foi o sexto rei neo-assírio, tendo reinado sobre a Assíria e também a Babilônia, o que deu a ele maior acesso aos arquivos e tradição escrita babilônicos que, conforme vimos, eram de especial interesse ao reino assírio (FINCKE, 2003/04, p. 112). No entanto, para melhor entender como ele chegou a essa posição de poder e as relações históricas intrincadas entre esses territórios, é útil voltar o olhar ao início do chamado império neo-assírio. No começo do I milênio, a Assíria era um de muitos estados que estavam em desenvolvimento e expansão no antigo Oriente Próximo, mas era um dos mais influentes já no século IX AEC, quando emergia como o que é considerado um dos primeiros impérios mundiais (RADNER, 2015, p. 1). Nosso conhecimento sobre essa sociedade foi em grande parte construído a partir de achados das escavações do século XIX realizadas no território que corresponde majoritariamente ao atual Iraque por arqueólogos como Austen Henry Layard (que conduziu campanhas de escavação durante os anos 1840) e Henry

Creswicke Rawlinson (que escavou durante a década de 1950) (FINCKE, 2003/04, p. 113-114; RADNER, 2015, p. 1).

O passado mais remoto desse império está intimamente ligado à antiga cidade de Assur, próxima ao rio Tigre. Ela foi fundada ainda no início do III milênio, tendo provavelmente surgido como um posto de trocas que facilitava a chegada de produtos da região norte da Mesopotâmia às cidades sumérias do sul. Ao longo dos séculos, chegou a estar sob domínio de estados centralizados do sul, sob os reis do império Acádio e de Ur, principais forças do III milênio na Mesopotâmia. É depois da desintegração de Ur, por volta de 2000 AEC, que Assur novamente se torna uma cidade-estado independente liderada por governantes locais (RADNER, 2015, p. 2-3). Já no século XIX AEC, havia um intenso comércio na região liderado por famílias de mercadores, que, como vimos no capítulo anterior, já usavam a escrita para fins de registro de suas trocas, utilizando a variante assíria do cuneiforme para escrever seu dialeto da língua acádica no período, o assírio antigo. Durante esse período, a designação “assírio” já parecia ser usada para se referir aos habitantes de Assur, demonstrando a formação de uma certa identidade cultural que resiste inclusive ao período mais tardio, entre os séculos XVIII e XIV, quando a cidade volta a ser governada por outros estados regionais maiores (RADNER, 2015, p. 3). A partir do século XIV, porém, Ashur volta a ter governantes locais que a estabelecem como o centro de um estado territorial que passa, gradativamente, a se expandir e se torna o poder dominante do norte da Mesopotâmia, mantendo relações diplomáticas com vizinhos também poderosos, como a Babilônia e o Egito. Esse estado se articula numa espécie de triângulo de poder formado pelas cidades de Assur, Nínive (a capital à época de Assurbanípal) e Arbela (RADNER, 2015, p. 3-4). Quando do século IX AEC, a Assíria havia se tornado um império, excedendo em tamanho e em poder seus reinos vizinhos, como a própria Babilônia, que fica então sob seu domínio (ainda que, como veremos em mais detalhe no capítulo 3, ela ainda representasse certos riscos ao império, em especial no que concerne sua tradição escrita). Ao século VII, havia se tornado a potência máxima de toda a região do antigo Oriente Próximo, porém, ao longo de todo o período, desde sua formação, no século IX, o império esteve em um jogo tenso de relações de poder com a Babilônia, que ora estava sob seu domínio

direto, ora experienciava menor controle dos assírios e mais independência de poder, com reis babilônicos que respondiam aos assírios.

Assurbanípal foi um dos reis assírios que, como vimos, governou a Babilônia diretamente. Seu avô, Senaqueribe (que reinou entre 705-681 AEC), por sua vez filho de Sargão II (que reinou entre 722-705 AEC), ficou conhecido por ter feito de Nínive a capital do império, renovando e expandindo a cidade, mas também por ter destruído a Babilônia de forma avassaladora. Senaqueribe havia sido um dos reis que colocou no trono da Babilônia um rei assírio, nesse caso seu próprio filho, *Ashur-nadin-shumi*, que foi, no entanto, morto em um levante liderado pelos babilônios e seus vizinhos, os elamitas. Como resposta a esse evento, Senaqueribe ataca a Babilônia em 689 AEC, o que as inscrições reais de seu reinado destacam, enfatizando a extensão de sua subjugação aos assírios e, mais do que isso, buscando neutralizar qualquer rastro de poder babilônico (MACHINIST, 1984/85, p. 360). Outro elemento interessante acerca de Senaqueribe é que, chegado o momento de escolher seu sucessor, por razões não totalmente claras, ele aponta seu filho mais jovem, Assaradão, como príncipe da coroa, quando a tradição assíria e mesopotâmica seria apontar o filho mais velho (RADNER, 2015, p. 47, FINCKE, 2003/04, p. 119). Em verdade, ele havia antes apontado seu filho mais velho, *Urdu-mullissi*, ao título, que manteve por 12 anos, mas, apesar de este não ter morrido e aparentemente ter permanecido no palácio, ele é preterido por Assaradão que vem a se tornar, de fato, rei em 681 AEC, reinando até 669 AEC (RADNER, 2015, p. 47). Essa escolha leva, por fim, ao assassinato de Senaqueribe por *Urdu-mullissi*, que organiza um golpe e tentativa de tomada do poder, que acaba não se concretizando, visto que Assaradão toma o trono (RADNER, 2015, p. 47-48).

Esse fator é de especial interesse pois algo parecido se repete com Assurbanípal. Seu pai, Assaradão, que reinou em situação tensa, não apenas por ter um aparente mau estado de saúde, mas também por ter vivido sob o temor de novos golpes, dado que os conspiradores que o tentaram assassinar foram expulsos, mas não mortos, optou por apontar Assurbanípal como príncipe da coroa assíria, apesar de ele não ser seu filho mais velho (RADNER, 2015, p. 48-51). Assurbanípal era, em verdade, o terceiro filho de Assaradão. *Sîn-nadin-apli*, seu irmão e provavelmente o filho mais velho de Assaradão, foi primeiramente indicado como sucessor ao trono da Assíria, e seu segundo irmão mais velho,

Šamaš-šumu-ukīn, como sucessor ao trono da Babilônia (FINCKE, 2003/04, p. 119; NOVOTNY & SINGLETARY, 2008, p. 168-169). *Sîn-nadin-apli*, contudo, morre provavelmente em algum momento antes de 672 AEC, e, ao invés de apontar seu segundo filho mais velho, *Šamaš-šumu-ukīn*, para o posto, Assaradão o pretere por Assurbanípal, que de fato começa sua subida ao poder da Assíria em 672 AEC, quando é designado príncipe da coroa. Logo após a morte de seu pai, em 668 AEC, assume o reinado, permanecendo no trono até 627 AEC (FINCKE, 2003/04, p. 119; ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 313). Pelos primeiros 20 anos de seu reinado, seu irmão, *Šamaš-šumu-ukīn*, permaneceu sem intercorrências no trono da Babilônia, como outros assírios antes dele haviam feito. Entretanto, após esse período ele se revolta contra Assurbanípal, no que se torna um conflito civil que Assurbanípal, contudo, vence em 648 AEC, quando toma para si o trono babilônico (FINCKE, 2003/04, p. 112). Como exploramos em mais profundidade no capítulo 3 deste trabalho, esses aspectos da subida de Assurbanípal ao trono assírio tiveram como consequência a necessidade de legitimar e validar a opção de Assaradão por seu filho mais novo. Essa busca por legitimação da escolha por Assurbanípal parece ter sido preocupação de ambos, dado que os dois, em suas inscrições reais, enfatizam as razões para tal decisão, mostrando ciência do caráter pouco usual desse processo sucessório (FINCKE, 2003/04, p. 119). A ascensão de Assurbanípal também ao trono babilônico, por sua vez, traz outra consequência, a saber, seu acesso mais livre aos documentos da tradição escrita babilônica, que, como veremos na seção e capítulo seguintes, foram muito explorados pelo rei assírio, inclusive como forma de legitimação de seu poder.

2.2 A biblioteca de Assurbanípal e o contexto imperial

O feito pelo qual Assurbanípal talvez seja mais conhecido é a criação da biblioteca real Assíria, ou de Nínive, frequentemente chamada de biblioteca de Assurbanípal. De fato, a formação dessa impressionante biblioteca, incomparável em quantidade de tabletas ou diversidade dos conteúdos de seus textos com qualquer outra anterior ou sua contemporânea – pelo menos até onde as evidências arqueológicas conhecidas permitem entrever –, fala da importância dada ao conhecimento escrito no reino de Assurbanípal. Assim, se

faz interessante revisitar a biblioteca para compreender tal importância, mas também para observar como ela está ligada ao que se poderia chamar de uma tradição assíria de coletar conhecimento escrito de seus vizinhos babilônicos ao sul, especialmente no período do império, e da qual Assurbanípal foi provavelmente o mais alto expoente, mas não o único ou mesmo o primeiro.

A chamada biblioteca de Assurbanípal, ao contrário do que se poderia imaginar, não se refere a um único espaço físico onde eram guardados os tabletas, mas sim a um grande número de tabletas que eram mantidos em pelo menos 4 locais na capital Nínive – o palácio Sudoeste, o palácio Norte e as áreas dos templos do deus *Nabû* e da deusa *Ištar* (ver Figura 5) (FINCKE, 2003/04, p. 114; FINKEL, 2019, p. 371). As escavações que trouxeram à luz os numerosos tabletas que viriam a ser conhecidos como a biblioteca real foram realizadas ao longo do século XIX pelo arqueólogo inglês Austen Henry Layard, com escavações posteriores, na segunda metade do século XIX, sendo realizadas pelo também inglês Henry Creswicke Rawlinson, que desenterraram mais alguns milhares de tabletas. Essas escavações foram realizadas na capital Nínive, na região próxima da atual cidade iraquiana de Mosul, mais especificamente no sítio da colina de Kouyunjik. Não por acaso, a quase totalidade dos tabletas da biblioteca de Assurbanípal se encontram hoje no Museu Britânico, sob códigos da série “K”, referindo o sítio do qual provêm, como é o caso da inscrição real que analisamos neste trabalho. Esse total é estimado em cerca de 31,000 itens, entre tabletas e fragmentos de tabletas (FINCKE, 2003/04, p. 113-115; FINKEL, 2019, p. 369-370).

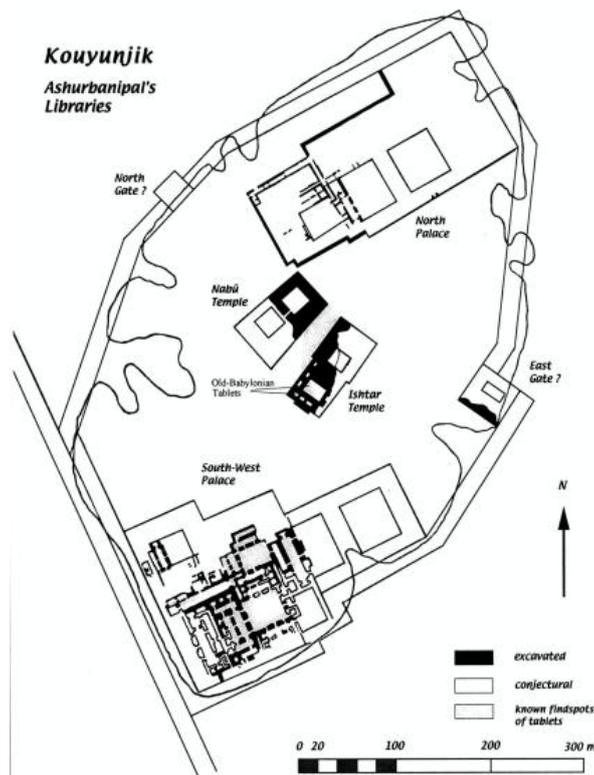


Figura 5: mapa do sítio de Kouyunjik e locais de achado dos tabletos da biblioteca de Assurbanípal

Fonte: FINCKE, 2003/04, p. 114

A composição desses milhares de tabletos aponta algo interessante sobre a relação imperial assíria com a Babilônia. A biblioteca era composta de tabletos assírios e babilônicos, ou melhor, escritos em dialeto e cuneiforme assírios e também tabletos escritos em dialeto e cuneiforme babilônicos. Daqueles escavados em Nínive, cerca de 3,594, entre tabletos e fragmentos, são escritos em cuneiforme e dialeto babilônicos, uma porção significativa. Contudo, é difícil saber se todos eles foram de fato importados ou trazidos da Babilônia – alguns podem ter sido escritos por escribas babilônicos a serviço do rei assírio na Assíria, uma vez que é improvável (ainda que não impossível) que escribas assírios teriam utilizado cuneiforme babilônico (FINCKE, 2003/04, p. 112-113). Também não é possível determinar se esses tabletos eram adquiridos através de compra ou troca pelos assírios ou se eram tomados à força por decisão real.

Contudo, é possível afirmar que a prática de empregar escribas babilônicos na corte assíria não era novidade do reinado de Assurbanípal, mas uma tradição dos reis assírios. Os indícios mais antigos de escribas babilônicos ligados ao reino assírio são na verdade da segunda metade do século XVIII AEC, quando o rei babilônico *Marduk-apla-iddina II* (que reinou entre 721-710 AEC)

vai para o exílio no vizinho Elam (atual Irã), e o rei assírio Sargão II assume também o trono babilônico, como faria Assurbanípal de forma similar anos mais tarde. Nesse período, as únicas instituições capazes de empregar escribas em grande número e por longo termo eram alguns templos e, em especial, o próprio palácio, o que levava muitos escribas especialistas babilônicos a procurarem trabalhar a serviço do rei assírio, ora no norte, ora em suas próprias cidades, como agentes que informavam o rei dos acontecimentos nessas regiões (FINCKE, 2003/04, p. 116).

Também o fenômeno de coletar e trazer para a Assíria tabletes babilônicos não era uma inovação de Assurbanípal, sendo possível observar situação similar já na Assíria do II milênio AEC. Segundo o épico de *Tukulti-Ninurta I* (que reinou por volta de 1243-1207 AEC), esse rei assírio ordenou o saque de acervos e bibliotecas babilônicas²⁶ para que os tabletes fossem levados para o norte, para a cidade de Assur, onde foram provavelmente alocados no templo de Assur, uma vez que não havia ainda uma biblioteca real, enquanto espaço físico (FINCKE, 2003/04, p. 137-138; VELDHUIS, 2012, p. 15). Como afirma Niek Veldhuis, os reis assírios não estavam interessados somente em copiar os textos e conhecimentos babilônicos, mas em literalmente coletá-los, tomá-los e levá-los para a Assíria:

A herança escrita babilônica como adotada pelos escribas assírios é, portanto, marcada como sendo, de fato, babilônica em origem e em caráter. [...] A tradição lexical marcadamente babilônica, que tinha uma considerável profundidade cronológica e que, através do seu uso do sumério, apontava para uma antiguidade ainda mais remota, fornecia um importante elemento de sabedoria e de herança erudita que os escribas e governantes assírios usaram como objetos de prestígio e como uma herança à altura de sua reivindicação de poder²⁷. (VELDHUIS, 2012, p. 16)

²⁶ Não há indícios da existência de uma biblioteca real babilônica, como aquela assíria, de Nínive. Isso pode mudar, com o avanço das escavações arqueológicas, entretanto, como aponta Jeanette Fincke, é provável que não tenha existido uma biblioteca assim pois, ao contrário do contexto imperial assírio, na Babilônia eram frequentes, desde o início do desenvolvimento de sua tradição cuneiforme, bibliotecas em templos, além daquelas encontradas em casas onde se desenvolviam atividades educacionais, como vimos no capítulo 1. Também havia bibliotecas menores, privadas, de escribas especialistas, que tinham suas próprias coleções de tabletes. Os reis babilônicos não teriam tido a necessidade, assim, de coletar tabletes e os reunir em uma biblioteca própria, tanto porque estavam no centro da tradição cuneiforme, quanto porque tinham acesso a essas coleções de templos, por exemplo (FINCKE, 2003/04, p. 137)

²⁷ “*The Babylonian written heritage as adopted by Assyrian scribes is thus marked as being, indeed, Babylonian in origin and in character. [...] The very Babylonian lexical tradition, which had a considerable chronological depth and which, through its use of Sumerian, pointed back to an even more remote antiquity provided an important element of learning and learned heritage that Assyrian scribes and rulers used as objects of prestige and as a heritage to match their claim to power*”. (VELDHUIS, 2012, p. 16)

Em verdade, os reis do império neo-assírio deram continuidade a essa estratégia. De Sargão II (ou talvez de seu sucessor, Senaqueribe, avô de Assurbanípal) sobrevive uma carta em que ele ordena a um escriba especialista que preparasse uma lista de todos os templos babilônicos, talvez por motivos administrativos, mas provavelmente para mapear as bibliotecas desses templos. A ela, *Bel-iddina*, o escriba, responde que ele estava temeroso de continuar na missão em direção ao sul na Babilônia, pois era perigoso para ele estar na região como enviado do rei assírio. Essa troca de mensagens demonstra a continuidade na estratégia e interesse assírios em relação à Babilônia, mas também aponta aquilo que talvez tenha sido a novidade no que se refere a Assurbanípal – ao tomar o trono babilônico depois de derrotar seu irmão, ele conseguiu acesso privilegiado a todo esse acervo de conhecimento escrito da Babilônia, elevando os frutos dessa coleta ao nível da biblioteca real de Nínive, que não por acaso ficou conhecida por seu próprio nome (FINCKE, 2003/04, p. 116-117, p. 122). Como afirma Peter Machinist sobre os esforços assírios em, a um mesmo tempo, dominar e reviver as tradições e cultura babilônicas através de conflitos, saques, trocas: “eles são, no máximo, picos num continuum de séculos de confronto entre Assíria e Babilônia”²⁸ (MACHINIST, 1984/85, p. 362).

O ápice dessa estratégia de coletar e se apropriar da tradição escrita e conhecimento babilônicos, não apenas na forma do objeto tablete ou dos textos, mas mesmo de escribas especialistas e seu saber-fazer, ocorreu, portanto, durante o período imperial, especialmente no século VII. Como aponta o historiador Mario Liverani, esse fenômeno pode ser chamado de uma espécie de colecionismo, ainda que esse termo possa, segundo ele, ser em certa medida anacrônico. Contudo, ele diferencia o tipo de colecionismo observável no contexto imperial assírio nos séculos IX-VII AEC daquele colecionismo moderno, realizado pelos impérios modernos. Para ele, se o colecionismo dos impérios modernos era uma atividade majoritariamente privada e burguesa, que deu origem às coleções dos grandes museus nacionais como o Museu Britânico, o colecionismo na Assíria era realizado, através de esforços político-militares, pela própria corte (LIVERANI, 2017, p. 66-67; p. 69). Acerca da relação entre o universo imperial e o colecionismo, ele afirma:

²⁸ “they are, at the most, crests in a centuries-long continuum of confrontation between Assyria and Babylonia” (MACHINIST, 1984/85, p. 362)

O fenômeno do colecionismo é informado pela ideologia do império universal, de um centro político e/ou econômico único que controla o resto do mundo, o que implica a demonstração concreta, visual desse controle. Isso é alcançado através da reunião de espécimes representativos da diversidade característica da periferia no centro do império, onde eles servem para distinguir a periferia do reino central²⁹. (LIVERANI, 2017, p. 66)

No caso do império neo-assírio, esse centro envolvia o triângulo de poder das cidades de Assur, Arbela e, especialmente no século VII, Nínive, então a capital. A periferia, por sua vez, englobava além dos vários vizinhos, a Babilônia. Dessa periferia eram importados e tomados bens variados, tanto para fins práticos (madeira para construção, por exemplo), quanto por razões puramente culturais, como aponta Liverani (2017, p. 66). Entre aquilo que era apropriado por esse ímpeto assírio estavam elementos de todo tipo de natureza – flora (da qual são testemunhos os jardins botânicos do império neo-assírio), fauna (animais enviados aos jardins zoológicos, apreendidos muitas vezes em contexto de caçadas reais, parte importante da demonstração de habilidade do rei como guerreiro), elementos decorativos ou arquitetônicos, produtos artesanais, pessoas (mulheres, frequentemente levadas aos haréns reais, ou escribas especialistas, colocados a serviço da corte) e, não menos importante, como vimos, textos e tabletes (LIVERANI, 2017, p. 67).

No que se refere à aquisição de textos e tabletes pela Assíria, de fato os esforços imperiais parecem ter se focado na Babilônia (LIVERANI, 2017, p. 76-77). Isso não surpreende, uma vez que, como vimos, a Babilônia era o centro da produção, manutenção e ensino da escrita e de conhecimentos especializados transmitidos e preservados através da escrita, com uma tradição de formação de escribas especialistas detentores desses saberes. A biblioteca de Assurbanípal levou ao nível máximo aquilo que reis assírios como *Tukulti-Ninurta I*, já no século XIII AEC, ensaiaram fazer, reunir o conhecimento babilônico no centro do império. Assurbanípal ele próprio também reuniu, durante seu reinado, uma biblioteca pessoal de tabletes para seu próprio uso e referência, muitos dos quais traziam neles colofões que anunciavam “para minha leitura” ou “para minha análise” (FINCKE, 2003/04, p. 122; FINKEL, 2019, p. 382). Também

²⁹ “The phenomenon of collecting is informed by the ideology of universal empire, of a single political and/or economic center that controls the rest of the world, which entails the concrete, visual demonstration of this control. This is achieved by gathering representative specimens of the diversity characteristic of the periphery in the imperial center, where they serve to distinguish the periphery from the central kingdom.” (LIVERANI, 2017, p. 66)

entre esses tabletas, os babilônicos eram em quantidade expressiva, e Assurbanípal ordenou, por escrito, que seus agentes na Babilônia procurassem e trouxessem para sua capital quaisquer tabletas que julgassem “bons e úteis para o palácio” e “para o reino”, demonstrando que esse colecionismo tinha um elemento de preocupação com a manutenção e estabilidade do reino (FINCKE, 2003/04, p. 122-123; FINKEL, 2019, p. 377).

Entre os tabletas de mais interesse, estavam aqueles contendo encantamentos, instruções para rituais medicinais e textos divinatórios, em especial aqueles de extispício (a arte de buscar em anomalias nas entranhas de animais sinais para previsão do futuro). Em verdade, considerando o corpus de todos os tabletas babilônicos da biblioteca de Nínive, segundo Jeanette Fincke, assirióloga que em 2003-2004 analisou a coleção do Museu Britânico, a grande maioria deles eram de textos divinatórios, totalizando cerca de 46,8% (FINCKE, 2003/04, p. 131-132). Isso demonstra a importância dada por Assurbanípal a esses conhecimentos técnicos e especializados cujos detentores tradicionais eram, há séculos, os escribas especialistas babilônicos. Como afirma Liverani, o contexto imperial se articula sobre a noção de que o que é bom para o rei, é bom para o reino – e sua população –, justificando quaisquer sacrifícios em seu nome (LIVERANI, 2017, p. 89-90). O colecionismo do qual é testemunho a biblioteca real de Nínive, incluindo a coleção de tabletas pessoal de Assurbanípal, traz em seu cerne também essa noção, e o interesse nos conhecimentos e tradição escrita babilônica, que incluía os próprios escribas especialistas babilônicos, esteve perpassado por essa justificativa.

3 A ESCRITA NO REINADO DE ASSURBANÍPAL A PARTIR DA INSCRIÇÃO REAL L4

Inscrições comemorativas de reis, que listam seus feitos, militares e de outras naturezas, não são exclusividade ou invenção assíria. Pelo contrário, muitas civilizações que utilizaram a escrita, por todo o antigo Oriente Próximo, nos legaram inscrições desse tipo por todos os períodos. As inscrições reais neo-assírias, contudo, têm certas características próprias, como o fato de que são muito numerosas, enfatizam feitos militares e políticos, são bastante detalhadas e frequentemente longas (FRAHM, 2019, p. 139). Apesar de seu número e caráter detalhado terem nos fornecido uma riqueza de informações, é preciso levar em conta que, por sua natureza celebratória dos feitos do rei, devem ser lidas com cuidado, em especial no que diz respeito à agência do rei (FRAHM, 2019, p. 144; ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 318). Assim, tentamos aqui, seguindo aquilo que propõe Le Goff, encarar o documento como monumento e, mais do que isso, fazer a crítica ao documento como monumento, compreendendo que todo documento é “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram” (LE GOFF, 1996, p. 537-538). Ou, como afirma Mario Liverani sobre a assiriologia especificamente: “[...] ver o documento não como uma ‘fonte de informação’, mas como informação ele próprio; não como uma abertura para uma realidade no horizonte, mas como um elemento que conforma aquela realidade” (LIVERANI, 1973, p. 179 *IN* GALTER, 2022, p. 92).

Para isso, além de analisarmos criticamente a inscrição L4, nosso foco neste trabalho, tomando-a contextualizadamente, buscamos também outras fontes que pudessem complementar tal contexto, como correspondências e relevos. Na análise dessas fontes, também tentamos tomar o cuidado de não incorrer na “ilusão de objetividade” à qual chama a atenção Le Goff (LE GOFF, 1996, p. 535). Afinal, as cartas também eram perpassadas por relações de poder, assim como os relevos, e seus contextos de produção e consumo têm suas especificidades. Buscamos, assim, explorar a inscrição L4 neste capítulo dividindo-o em duas seções, sendo a primeira intitulada “Descrição da fonte: inscrição real L4 ou “Dias de Escola de Assurbanípal””. Ela é dedicada à uma descrição da fonte, bem como à apresentação da tradução do excerto dela que selecionamos para este trabalho, a saber, a seção entre as linhas 5 e 25, que

versam sobre a educação de Assurbanípal. A segunda seção, intitulada “Competência escrita e legitimação política no reinado de Assurbanípal: uma análise da inscrição real L4”, é dedicada à análise dessa parte da inscrição L4.

3.1 Descrição da fonte: inscrição real L4 ou “Dias de Escola de Assurbanípal”

A inscrição analisada neste trabalho é mais conhecida na literatura recente como inscrição real L4, sendo por vezes chamada de “Dias de Escola de Assurbanípal”, dado que ela traz uma longa passagem sobre a educação desse rei neo-assírio, ainda que verse também sobre outros tópicos. Ela está inscrita em um tablete dividido em duas colunas de texto no obverso e reverso (ver Figura 6), totalizando 4 colunas de texto, algumas parcialmente danificadas por quebras (coluna 1 - obverso, 38 linhas; coluna 2 - obverso, 34 linhas; coluna 1 - reverso, 30 linhas; coluna 2 - reverso, 20 linhas), e um pequeno fragmento de tablete.



Figura 6: tablete com a inscrição real L4 (obverso)
Fonte: Museu Britânico (K 2694) © The Trustees of the British Museum³⁰

³⁰ Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_K-2694> Acesso em: 17/09/22.

Presume-se que cerca de 75% do texto está preservado, uma vez que as colunas 1 e 2 do obverso e a 1 do reverso possivelmente contavam com algo entre 45 e 50 linhas originalmente, e que a coluna 2 do reverso não perdeu linhas (NOVOTNY, 2014, p. xvii). O tablete, escavado no século XIX em Nínive pelo arqueólogo Austen Henry Layard, é relativamente grande, conveniente para uma inscrição longa como essa, medindo 18,2 cm de altura, 17,4 cm de largura e cerca de 2,5 cm de profundidade, e se encontra hoje no Museu Britânico, sob os códigos K 2694 e K 3050, parte da coleção nomeada em referência à localidade de Kouyunjik, como vimos anteriormente (NOVOTNY, 2014, p. xvi). Como era o caso da maioria das inscrições reais assírias, em especial as da dinastia Sargônida, também esta foi escrita em cuneiforme em acádico, no seu dialeto padrão babilônico, demonstrando uma vez mais a profunda ligação da tradição escrita assíria, mesmo em sua originalidade, representada pelo gênero das longas inscrições reais, com aquela de seus vizinhos babilônicos, mais antiga. Assim, é possível apontar o uso do dialeto babilônico do acádico para enfatizar essa conexão com o objetivo de reforçar a legitimidade de cada novo rei assírio ao enraizá-lo em um passado mais antigo e remoto, como discutido anteriormente (FRAHM, 2019, p. 144-146).

Em termos de sua natureza, trata-se de uma inscrição dedicatória para o deus Marduk³¹, composta para comemorar o evento do retorno da estátua de Marduk à Babilônia³² (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 314; BARUCHI-UNNA, 2013, p. 612). A inscrição em si não é datada, contudo, a partir de outras fontes, sabe-se

³¹ Marduk era o deus supremo da Babilônia, pai do deus *Nabû*, por sua vez ligado à sabedoria, patrono dos escribas. Marduk, por ser um deus supremo, está ligado a muitas qualidades, mas costuma ser conectado também à sabedoria e conhecimento (BLACK & GREEN, 2004, 128-129; SAAO, People, gods & places, 2017, disponível em: <http://oracc.museum.upenn.edu/saao/knpp/peoplegodsplaces/index.html#letter_M> Acesso em: 17/09/22.

³² Em 689 AEC, o avô de Assurbanípal, Senaqueribe, promoveu o saque e destruição da Babilônia, como vimos. Nessa ocasião, estátuas de deuses da Babilônia foram levadas para Aššur, inclusive a de Marduk. As ações extremas de Senaqueribe com relação à Babilônia foram provavelmente vistas com maus olhos mesmo na Assíria e seus sucessores parecem ter mudado o trato com os vizinhos do sul (MACHINIST, 1984/85, p. 361; NISSINEN & PARPOLA, 2004, p. 212-213). Assaradão dedicou esforços para a reconstrução da Babilônia e para a devolução das estátuas à sua terra de origem, e chegou a restaurar aquela de Marduk, organizar e iniciar uma procissão de retorno (em 669 AEC) que, contudo, por motivos desconhecidos, não chegou ao destino final. Coube a seu filho, Assurbanípal, retomar a empreitada no ano seguinte, primeiro de seu reino, 668 AEC. Fontes textuais indicam que a procissão de retorno realizada por Assurbanípal de fato alcançou seu destino no mesmo ano, ano também da ascensão de seu irmão, *Šamaš-šumu-ukīn*, ao trono babilônico. (NISSINEN & PARPOLA, 2004, p. 213)

que esse evento ocorreu no primeiro ano do reinado de Assurbanípal. Ademais, dado que a inscrição faz referência ao irmão do rei, *Šamaš-šumu-ukīn*, em tom positivo, presume-se que ela foi composta antes da revolta liderada por ele na Babilônia (ocorrida entre 652-648 AEC), isto é, na primeira metade do reinado de Assurbanípal (BARUCHI-UNNA, 2013, p. 612). A inscrição desse tablete, no entanto, se trata de um rascunho do texto a ser inscrito sobre uma estela real, de pedra, a ser instalada na *Esagila*, templo de Marduk na Babilônia. O caráter de rascunho é reforçado por detalhes visíveis na observação do tablete, como a forma um tanto apertada demais com que os sinais cuneiformes em algumas linhas são escritos, erros e apagamentos no texto, entre outros aspectos de natureza linguística (JEFFERS & NOVOTNY, 2022).

O texto inicia com o período da seleção de Assurbanípal para o reino da Assíria, sua preparação para o cargo, sua educação formal recebida na chamada Casa de Sucessão, a casa onde viviam e eram preparados para o reinado os príncipes da coroa, em Nínive, além de uma descrição do estado de estabilidade e prosperidade do reino logo após sua subida ao trono. Esse prólogo dedica tanta ênfase não apenas às habilidades gerais de Assurbanípal, como sabedoria, ou à sua destreza com armas e batalha, mas especialmente à sua educação formal, que a própria inscrição ficou conhecida como “Dias de Escola de Assurbanípal”. É a mais clara afirmação (ou reivindicação) conhecida de competência escrita de Assurbanípal e, como veremos na seção seguinte, singular nesse aspecto (LIVINGSTONE, 2007, p. 100). Assim, é com essa seção da inscrição, mais especificamente a parte contida entre as linhas 5-25, que trabalhamos e que analisamos na seção seguinte. No restante da inscrição, há uma seção de narrativa de eventos do início do reinado e do primeiro ano (668 AEC), mais especificamente, cujo foco é a realização do retorno da estátua de Marduk ao seu templo, na Babilônia, possivelmente na mesma ocasião em que Assurbanípal instalou seu irmão, *Šamaš-šumu-ukīn*, como rei da Babilônia, seguindo os planos de seu falecido pai, Assaradão. Nessa seção, há um trecho em que o rei implora diretamente a Marduk que ele retorne à sua terra, Babilônia, e a seção seguinte conclui a inscrição com uma passagem afirmando que Assurbanípal ordenou a confecção de uma estela para comemorar tal retorno (estela que não foi encontrada até os dias atuais) (JEFFERS & NOVOTNY, 2022).

A passagem aqui selecionada para análise é apresentada a seguir traduzida ao português pela autora a partir de tradução do acádico ao inglês. A passagem em questão foi transliterada e traduzida ao inglês em muitas ocasiões, havendo algumas versões diferentes publicadas ao longo das últimas décadas. Escolhemos como tradução principal ao inglês aquela publicada no livro “*Selected royal inscriptions of Ashurbanipal: L3, L4, Let, Prism I, Prism T, and related texts*”, do assiriólogo Jamie Novotny (2014), por essa publicação conter a tradução da inscrição inteira, permitindo sua leitura para análise do contexto textual completo, o que auxilia no processo de tradução ao português. Adicionalmente a ela, foram utilizadas, secundariamente, para cotejo, as traduções ao inglês da passagem publicadas em ZAMAZALOVÁ (2011) e LIVINGSTONE (2007). A tradução de NOVOTNY (2014), além da transliteração, também está disponível gratuitamente no portal do projeto *The Royal Inscriptions of the Neo-Assyrian Period (RINAP)*³³.

I. ⁵ (O deus) [Aššur], o pai dos deuses, [determinou a mim] um destino de realeza enquanto (eu estava) no ventre de minha mãe. ⁶ [A deusa Mul]lissu, a grande mãe, nomeou [-me] para reinar sobre a terra e as pessoas. ⁷ [O deus] Ea (e) (a deusa) Bēlet-ilī moldaram [habilidosamente] (para mim) uma forma própria para a realeza. ⁸ [O deus S]īn, o deus radiante, fez visíveis sinais favoráveis quanto ao meu exercício da realeza. ⁹ [Os deuses Šamaš (e) Adad] colocaram a meu dispor a arte do extispício, a mensagem que não pode ser anulada. ¹⁰ [O deus Mardu]k, o sábio dos deuses, concedeu-me como um presente amplo entendimento (e) grande sabedoria. ¹¹ Nabû, o escriba do universo, atribuiu a mim os preceitos de sua arte como um presente. ¹² Ninurta (e) Nergal dotaram meu corpo com poder, virilidade (e) força incomparável. ¹³ Eu aprendi [a arte] do sábio Adapa, o segredo de toda a arte escriba. ¹⁴ Eu sou capaz de reconhecer [presságios] celestes e terrestres (e) consigo discutir (eles) em uma assembleia de especialistas. ¹⁵ Eu sou capaz de debater com especialistas em divinação acerca (da série) “Se o fígado é uma imagem espelhada dos céus”. ¹⁶ Eu consigo resolver complexas divisões (e) multiplicações (matemáticas) que não possuem uma solução (fácil). ¹⁷ Eu li texto(s) elaborados nos obscuros sumério (e) acádico que são difíceis de interpretar. ¹⁸ Eu cuidadosamente examinei inscrições em rocha de antes do dilúvio que são seladas, impenetráveis (e) confusas. ¹⁹ Assim passei meus dias com companhia(s) seletas: ²⁰ eu andei a galope em puros-sangues, andei em garanhões agitados. ²¹ Eu segurei um arco (e) fiz as flecha(s) voarem como é apropriado a um guerreiro. ²² Eu atirei lanças tremulantes como se fossem dardos. ²³ Eu tomei as rédeas (de uma carruagem) como um cocheiro (e) fiz as rodas girarem. ²⁴ [Eu] manuseio escudos redondos e pesados como um especialista militar. ²⁵ Eu sou proficiente nas melhores artes técnicas de todos os especialistas, cada uma delas.

3.2 Competência escrita e legitimação política no reinado de Assurbanípal: uma análise da inscrição real L4

³³ Disponível em: <<http://oracc.museum.upenn.edu/rinap/rinap5/Q007628/>> Acesso em: 10/09/22.

Assurbanípal não foi o único, nem mesmo o primeiro, rei mesopotâmico a fazer afirmações quanto à sua capacidade de ler e escrever. Mais comumente, as afirmações de reis do antigo Oriente Próximo recaíam sobre a detenção de sabedoria, em sentido mais amplo; porém, alguns enfocaram particularmente sua habilidade com a escrita. Dentre estes, contudo, aqueles que mais veementemente enfatizaram sua competência escrita foram Shulgi, da Terceira Dinastia de Ur, que reinou entre por volta de 2094 e 2046 AEC, e Assurbanípal. O aspecto que diferencia as afirmações de ambos, e em especial de Assurbanípal, daquelas de outros reis que mencionavam habilidade com a escrita é o fato de enfatizarem não apenas sua capacidade de ler e escrever, mas seu sucesso no processo de educação formal, especificamente (LIVINGSTONE, 2007, p. 98; PEARCE, 1995, p. 2276).

São conhecidas no total 210 inscrições reais de Assurbanípal e, dentre elas, aquela que mais enfática e explicitamente aborda sua educação formal e sua competência escrita é, como vimos, a chamada L4 (NOVOTNY & JEFFERS, 2018; LIVINGSTONE, 2007, p. 100). Nela, fica clara a distinção entre aquilo que a assirióloga Silvie Zamazalová, em seu capítulo intitulado “*The education of Neo-Assyrian princes*”, chama de “sabedoria recebida” e “conhecimento adquirido” (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 316). Sabedoria recebida seria toda aquela que foi concedida por divindades, como, no caso da inscrição L4, fica aparente na passagem entre as linhas 9 e 11: a arte da divinação/extispício (linha 9), concedida por *Šamaš e Adad*; o “amplo entendimento e grande sabedoria”, presenteados por Marduk (linha 10); a arte escriba, dada por *Nabû* (linha 11). Já o conhecimento adquirido seria todo aquele alcançado através de esforço humano do rei em processos de aprendizado, inclusive formal, como aparece no intervalo entre as linhas 13 e 24: os níveis avançados da arte escriba (linhas 13, 17 e 18); conhecimentos técnicos como a investigação de presságios e a consulta a obras sobre divinação, também, portanto, dependentes de competência escrita (linhas 14 e 15); problemas matemáticos (linha 16); as habilidades ligadas à guerra e combate, como andar a cavalo, usar o arco e lança, conduzir carruagens e manejar escudos (linhas 20-24). Essa passagem, na inscrição, da primeira seção, em que são listadas as sabedorias recebidas por Assurbanípal, à parte subsequente, em que são enumerados seus conhecimentos adquiridos, é marcada linguisticamente por uma mudança de sujeito e aspecto verbal: na

primeira seção, Assurbanípal aparece como objeto ou recipiente passivo da concessão dos presentes divinos, ao passo que ele ocupa a posição de sujeito a partir da linha 13, na segunda parte da passagem. Essa mudança foi mantida nas traduções em inglês com as quais trabalhamos pois reflete as estruturas semântica e sintática do texto em acádico, o que se buscou manter também na tradução ao português aqui apresentada. Tal alteração, com Assurbanípal passando a ocupar a posição de sujeito das ações (“aprender”, “ser capaz”, “resolver”, “ler” entre outras), parece sublinhar o esforço consciente do rei em aprender tais conhecimentos, sozinho ou com a ajuda de professores não divinos.

Uma vez que, na ideologia sobre a realeza e a natureza dos reis no antigo Oriente Próximo (e na Assíria), os governantes eram vistos como representantes de divindades, escolhidos para manter a ordem divina na terra, essa ênfase no esforço de aprendizagem demonstra uma conciliação entre a essência real ligada ao divino, através de sua escolha pelos deuses, e sua natureza humana (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 313, p. 316; LIVINGSTONE, 2007, p. 114; PARPOLA, 2021). Contudo, esse esforço não deve ser interpretado como dificuldade por parte de Assurbanípal. Pelo contrário, ao mesmo tempo em que frisa que os conhecimentos adquiridos eram complexos e avançados, a inscrição apresenta o rei não como um aprendiz qualquer, mas sim como um aprendiz extraordinário, que com maestria domina inteiramente todas as disciplinas relevantes, da divinação à escrita à matemática à batalha, como resumido na linha 25. Isso demonstra o prestígio do rei com os deuses, uma vez mais explicitando ser ele seu eleito indiscutível, o que fornece também legitimidade ao governante, algo importante a todos os reis, mas talvez especialmente no caso de Assurbanípal, que, como vimos, não era a escolha óbvia ao trono da Assíria, por não ser o filho mais velho de Assaradão (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 313; FINCKE, 2003/04, p. 118, p. 120; RADNER, 2015, p. 47-49).

Voltando o olhar especificamente às afirmações presentes na inscrição acerca da habilidade de Assurbanípal com a escrita, pode-se perguntar a razão pela qual esse conhecimento é tão enfatizado, sendo citado em diferentes instâncias na passagem aqui analisada, como nas linhas 11, 13, 17 e 18. Inicialmente, é possível especular que talvez a habilidade de ler e escrever fosse rara nesse contexto do I milênio na Assíria, ou, por outro lado, que talvez a

inscrição superestimasse as capacidades de Assurbanípal. Afinal, como vimos, inscrições reais têm como objetivo elencar e celebrar feitos do rei, sendo importante tomar suas afirmações com cuidado e observar fontes complementares para analisá-las (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 318; HOWARD, 2017, p. 1; NOVOTNY & JEFFERS, 2018, p. 1). Em seu texto intitulado “*Forms of writing in the ancient Mediterranean world*”, a filóloga Anna Morpurgo Davies propõe uma reflexão acerca da habilidade de ler e escrever na antiguidade:

As pessoas adquirem prestígio porque elas sabem escrever ou não adquirem? E vice-versa, elas perdem prestígio porque elas não sabem escrever? [...] na Assíria do século VII AEC foi possível para Assurbanípal, um grande rei, se gabar (de forma equivocada, admitidamente) de que ele era o primeiro rei do mundo a ter aprendido a ler e escrever. Obviamente, pelo menos até então, não se passava vergonha por ser iletrado³⁴. (DAVIES, 1986, p. 55)

Pode-se afirmar que, de fato, saber escrever e ler podia conceder algum nível de prestígio na sociedade mesopotâmica, uma vez que, como vimos no capítulo 1 deste trabalho, a classe dos escribas especialistas, já no III milênio AEC no sul, berço da escrita, se diferenciava socialmente, obtendo e mantendo posições de poder no governo, o que se perpetua até o I milênio, quando se observa uma relação muito próxima dessa classe com o palácio, especialmente no contexto neo-assírio (PEARCE, 1995, p. 2273, p. 2275; TAYLOR, 2013, p. 297). Aqui, vale uma reflexão sobre o público-alvo das inscrições reais como a L4 – ainda que a capacidade de ler e escrever pudesse trazer alguma medida de prestígio, imagina-se, contudo, que ela não era uma habilidade rara em tal contexto, visto que sua própria existência implica supor que havia interlocutores capazes de compreendê-la – justificando sua produção – e, portanto, detentores dessa mesma habilidade.

Acerca desse público, o assiriólogo Eckart Frahm afirma que as inscrições reais neo-assírias eram voltadas, principalmente, ao próprio rei – que ordenava sua composição –; aos futuros reis, que encontrariam as inscrições de seus predecessores nos palácios, templos ou nas fundações de tais construções; e aos

³⁴ “Do people acquire prestige because they can write or do they not? And vice versa do people lose prestige because they cannot write? [...] in seventh-century BC Assyria it was possible for Ashurbanipal, a great king, to boast (admittedly wrongly) that he was the first king who had ever learned to read and write (Driver 1976: 72 f., 238; Kraus 1973: 19). Obviously, until then at least, one did not lose face by being illiterate.” (DAVIES, 1986, p. 55)

círculos mais altos e íntimos da realeza, do ambiente político e religioso do governo (FRAHM, 2019, p. 142). Segundo ele, um público secundário, mas ainda importante, seriam os inimigos e estrangeiros, que poderiam ser expostos, como os sucessores e círculos próximos ao palácio, aos feitos do rei, às punições a que ele submetia seus inimigos, enfim, à ideologia agressiva sobre a qual estava fundado o império assírio (FRAHM, 2019, p. 142). Aqui, parece importante também levar em conta a especificidade da inscrição L4 nesse sentido, já que ela foi composta para ser inscrita em uma estela real a ser instalada, como vimos, no templo de Marduk na Babilônia, onde, é plausível imaginar, ela seria vista e lida por babilônios. O assiriólogo Mario Liverani expande e complementa o cenário ao afirmar que as inscrições tinham um público dividido: de um lado, o divino, composto pelos deuses, a quem o rei deveria prestar contas de seus feitos, justificando e legitimando sua escolha divina, como é possível verificar na inscrição L4, ela própria dedicada ao deus Marduk. O segundo público seria aquele humano, que, por sua vez, deveria ser convencido também da legitimidade, preparo e escolha de seu rei. Nesse âmbito, Liverani cita, além dos interlocutores já listados por Frahm e por nós, soldados e todos aqueles que “sustentam os fardos fiscal e físico das guerras de conquista, dos projetos de magníficas construções e da ostentação da corte e da elite” (LIVERANI, 2017, p. 102). O autor frisa, contudo, que a maioria da população geral do império não sabia ler e escrever, reforçando, como Frahm, que tais textos eram direcionados para essa minoria que tinha a habilidade de ler e escrever, os próprios escribas, sacerdotes, administradores, governantes, que poderiam compreender inclusive as nuances, sofisticções e implicações ideológicas das inscrições. A esfera mais ampla da população seria informada e entraria em contato com as mensagens reais através de formas simplificadas dos textos a serem lidos publicamente, através de festividades e rituais, ou de elementos visuais, como os relevos³⁵ (LIVERANI, 2017, p. 102-103).

³⁵ Os relevos, porém, como aponta o pesquisador Leandro Ranieri, não são meras reafirmações ou complemento das mensagens textuais como as inscrições, mas sim têm suas próprias especificidades, tanto quanto a seu conteúdo como quanto a seu público-alvo, por exemplo. Ele sugere que os relevos, comumente localizados nos palácios, não estariam necessariamente ao alcance de amplas parcelas da população, mas sim daqueles que pertenciam ao palácio, servindo possivelmente como reafirmação de identidades e ideias já partilhadas por seus observadores. Ele afirma que “Os relevos constituem uma prática de registro imagético intencional, contendo elementos de uma visão de mundo, sem ser um meio de imposição direta de ideias. Mais que isso, suas imagens reafirmam algo certamente já difundido e presente naquele período, mas também não sendo por isso secundário. Os relevos apresentam uma dinâmica ritualística, de

Assim, ainda que uma minoria, percebe-se que a capacidade de ler e escrever não era rara entre membros da elite ou aqueles ligados ao palácio, que, em verdade, eram interlocutores de inscrições reais como a L4. Outras evidências corroboram a visão de que a escrita era de uso esperado de membros do palácio, não sendo exclusiva de escribas, reis ou especial a Assurbanípal, como se poderia imaginar ao perceber a ênfase dada na inscrição à sua habilidade de dominar a arte escriba, como um feito impressionante. Um exemplo é a carta de *Šerua-etirat*, filha mais velha de Assaradão e irmã de Assurbanípal, à esposa de Assurbanípal, sua cunhada *Libbali-šarrat*. Nela, *Šerua-etirat* afirma:

Por que tu não escreves teus tabletas e recitas teus exercícios, ou as pessoas dirão ‘Essa é a irmã de Šerua-etirat, a filha mais velha do palácio da sucessão de Aššur-etel-ilani-mukinni, o grande rei, o rei legítimo, rei do universo, rei da Assíria?’ E você é uma nora, a senhora da casa de Assurbanípal, o grande príncipe da coroa da Casa de Sucessão de Assaradão, rei da Assíria³⁶.

Fica claro que *Šerua-etirat* está cobrando de sua cunhada que faça aquilo que parece ser considerado sua obrigação, estudar, praticar a escrita. Isso indica que outras pessoas da família real, não apenas aqueles destinados a subir ao trono, recebiam instrução formal e que se esperava deles tal habilidade com a escrita. Nota-se, dessa forma, que apesar de ter sido considerado muitas vezes, pela historiografia do campo, um rei único quanto ao aspecto de sua capacidade de ler e escrever, visão largamente decorrente da interpretação da inscrição L4 como prova de seu diferencial nesse quesito, Assurbanípal estava cercado por pessoas que detinham esse saber. Mesmo seu pai, Assaradão, parece ter sido um rei que sabia ler e escrever seus tabletas, como aponta em uma de suas inscrições e como uma carta de seu exorcista, *Marduk-šakin-šumi*, parece corroborar, dado que ele cumprimenta Assaradão por sua habilidade com a escrita (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 323).

Percebe-se, então, que a ênfase dada na inscrição L4 ao conhecimento adquirido de Assurbanípal quanto à escrita parece apontar para além do

operatividade interna, àqueles que criaram e viviam nos palácios. A presença e a dinâmica dos relevos renovam naquela contemporaneidade a visão de mundo registrada” (RANIERI, 2018, p. 394).

³⁶ Essa carta está publicada, transliterada, em LIVINGSTONE (2007). No artigo, o autor disponibiliza sua tradução ao inglês do acádio. A tradução ao português aqui disponibilizada foi feita pela autora deste trabalho com base na tradução ao inglês de Livingstone, a mais recente tradução revisada direto do acádio. (LIVINGSTONE, 2007, p. 103-105)

domínio da mera capacidade de ler e escrever, que não era de todo incomum, especialmente para aqueles ligados ao palácio ou templos, os interlocutores de sua mensagem. Tratava-se, mais do que isso, de afirmar o nível avançado de competência escrita que possuía Assurbanípal. Assim, a inscrição, ao trazer uma afirmação em primeira pessoa de Assurbanípal como aquela da linha 13 – “Aprendi [...] o segredo de toda a arte escriba” –, estabelece uma diferenciação do rei em relação a seus interlocutores que também sabiam ler e escrever. Em verdade, o rei é elevado, no âmbito de sua competência escrita, a Adapa, o mais conhecido dos míticos sábios chamados *apkallu*, metade homem, metade peixe, detentores dos saberes divinos (PARPOLA, 1993, xvii-xxvi, PARPOLA, 2021; ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 323). Contudo, aqui vale questionar se tal nível de competência não estaria superestimado na inscrição real, dado que o rei era visto, na ideologia mesopotâmica, como um ser perfeito, sendo as inscrições reais neo-assírias permeadas por essa noção, que propagavam (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 323). Ademais, ainda que não seja nosso objetivo principal averiguar a veracidade das afirmações sobre a capacidade de Assurbanípal de ler e escrever, algumas evidências que ajudam a elucidar essa questão auxiliam também a compreender que significados a escrita carregava em tal contexto e que justificariam as declarações referentes a Assurbanípal na inscrição L4, sendo assim valiosas para este trabalho.

A questão acerca da competência escrita de Assurbanípal tem sido estudada no campo da Assiriologia desde meados do século XIX, quando a inscrição L4 veio à luz. Inicialmente, as afirmações quanto à competência do rei neo-assírio foram tomadas por verdadeiras e embasaram a imagem de Assurbanípal como rei “letrado”, diferente em relação aos outros reis mesopotâmicos, que não teriam tal competência (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 314). Com a investigação de outras evidências, como correspondências, essa imagem foi sendo posta sob observação e, apesar de ser hoje considerado bastante provável que Assurbanípal de fato tivesse competência escrita, além de um interesse pessoal na arte escriba, o nível dessa competência ainda é incerto, mas há indícios de que não fosse tão avançado quanto as afirmações da inscrição L4 fazem parecer (LIVINGSTONE, 2007, p. 99, p. 115). Uma dessas evidências é uma carta que, segundo o assiriólogo Alasdair Livingstone, que investigou a questão da competência escrita de Assurbanípal, foi provavelmente escrita de

próprio punho pelo rei neo-assírio. Nela, lê-se: “Ao rei, meu senhor, o seu servo Assurbanípal. Boa saúde ao rei, meu senhor! Que *Nabû* e Marduk abençoem o rei, meu senhor!”. Além da falta de um sujeito claro, mas com Assurbanípal aparecendo como provável remetente, a forma dos sinais cuneiformes, mal inscritos e em formato maior do que seria habitual para um escriba experiente, e a falta de um tópico claro no conteúdo da carta apontam para a forte possibilidade de que esse tablete tenha sido escrito por Assurbanípal a seu pai, Assaradão, enquanto ele ainda não havia subido ao trono (LIVINGSTONE, 2007, p. 107). Essa carta poderia, assim, ter sido uma espécie de exercício de escrita para Assurbanípal, como aqueles que sua irmã cobrava que sua cunhada fizesse, mas de uma fase inicial de seu treinamento com a escrita (LIVINGSTONE, 2007, p. 107; ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 318).

Apesar de não haver tanta informação sobre o contexto educacional de escrita no período neo-assírio, se comparado com o período paleobabilônico que, como vimos no capítulo 1, nos legou muitos tabletes escolares e informações sobre o sistema de ensino na Babilônia, sabe-se que eles compartilham elementos importantes, como o uso das listas lexicais. A educação de Assurbanípal parece ter começado mesmo antes de ele ter sido escolhido príncipe da coroa e se mudado para a chamada Casa da Sucessão, ou *bīt ridūti*, mas em nível básico, talvez similar àquele suficiente para outros membros da realeza que não subiriam ao trono (FINCKE, 2003/04, p. 120). Ao ser selecionado como príncipe da coroa, porém, Assurbanípal passa a residir na Casa da Sucessão, onde continua seus estudos. A divisão que, vimos, existia no sistema de ensino do período paleobabilônico, entre um primeiro estágio, em que se praticavam habilidades básicas que faziam parte da competência escrita como a modelagem dos tabletes e o manuseio do objeto de madeira com o qual se escrevia, e um estágio avançado, que envolvia o estudo e cópia de textos literários e técnicos parece ter se mantido no contexto assírio. Embora esse estágio inicial não seja explicitamente mencionado na inscrição L4, é possível supor que Assurbanípal o tenha completado com sucesso, se, como é afirmado na inscrição, ele chegou aos níveis mais avançados de competência escrita, necessários para a leitura de textos técnicos como os de divinação, mencionados na linha 15. Porém, a educação de Assurbanípal contou com um reforço significativo, digna do futuro rei da Assíria – cerca de dois anos antes de tornar-

se rei e um ano depois de ser escolhido príncipe da coroa, seu pai Assaradão aponta seu mais íntimo e importante escriba especialista, *Balasî*, como tutor particular de Assurbanípal (LIVINGSTONE, 2007, p. 102).

Balasî era, portanto, um dos mais importantes escribas especialistas da mesopotâmia em sua geração, e sabe-se de sua escolha como tutor do futuro rei da Assíria através de uma carta em que ele próprio agradece a Assaradão pela honra: “A quem, de fato, o rei terá feito um favor tão gracioso senão a mim, a quem apontou ao serviço do príncipe da coroa, para ser seu mestre e para que eu leia com ele seus exercícios?” (LIVINGSTONE, 2007, p. 102). Na carta, a palavra em acádico utilizada e que foi traduzida em inglês como “*master*” por Livingstone e como “mestre” aqui é *ummânu*, que, como visto no capítulo 1 deste trabalho, refere-se não apenas a professor, mas também à classe de escribas especialistas, detentores não somente de competência escrita do mais alto nível, mas também de conhecimentos técnicos e especializados diversos. Esse era também o caso de *Balasî*, que servia a Assaradão como escriba especialista com conhecimentos avançados na área de divinação e astrologia (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 319). Também os escribas especialistas eram equiparados aos míticos sábios metade homem, metade peixe, os *apkallu*, como detentores do conhecimento divino e capazes de interpretar os saberes dos deuses (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 319; PARPOLA, 2021). Assim, percebe-se que, ao se comparar, na inscrição, com o mais proeminente desses sábios, Adapa, Assurbanípal reforça sua posição em relação à classe dos escribas especialistas, colocando-se no seu patamar.

Contudo, algumas evidências parecem deixar entrever que, apesar de provavelmente saber ler e escrever, Assurbanípal não detinha uma competência escrita comparável àquela dos escribas especialistas. A assirióloga Jeanette Fincke, em seu texto “*The Babylonian texts of Nineveh*”, cita uma carta ao rei enviada pelo exorcista *Nabû-nāšir* em que este utiliza uma expressão em acádico comum aos textos médicos para se referir à condição hoje chamada epilepsia, *miqit šamê*. Literalmente, a expressão em acádico poderia ser traduzida como “o que caiu do céu”, porém, um escriba especialista a entenderia sem dificuldade como referindo-se à epilepsia, o que não ocorreu com Assurbanípal ao ler a carta. O rei escreve a *Nabû-nāšir*, perguntando: “Queda do céu’. O que é isso? Os céus existem para sempre.” (FINCKE, 2003/04, p. 121;

PARPOLA, 1993, nº 295). Em outras correspondências de escribas especialistas a Assurbanípal, algo similar ocorre: o uso de glosas, isto é, explicações incluídas em textos sobre o sentido ou significado de uma palavra. Em outra carta, de um astrólogo chamado *Ašarēdu* o Velho a Assurbanípal, ele clarifica para o rei: “ser apontado’ significa ser adornado, diz-se de chifres” (FINCKE, 2003/04, p. 121; *State Archives of Assyria Online* VIII 330³⁷). Além dessas elucidações, era também comum que escribas especialistas, em cartas ao rei, utilizassem o recurso de fornecer a pronúncia de logogramas sumérios ou incluíssem versões em escrita silábica em acádico (FINCKE, 2003/04, p. 121). Esses auxílios com o sumério colocam em questão também a competência avançada reivindicada na inscrição L4, na linha 17, que menciona especificamente sua habilidade com o sumério.

O uso desses recursos parece ter tido fins didáticos, servindo como uma espécie de formação avançada continuada da competência escrita de Assurbanípal, ainda que alguns autores também apontem que, em alguns desses casos, as glosas pudessem ter servido de clarificação aos secretários reais que porventura lessem as cartas ao rei, que sempre teve à sua disposição escribas com essa função (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 319). *Balasî*, tutor de Assurbanípal, contudo, fazia uso de tais ferramentas em suas cartas ao rei com frequência, indicando fortemente que elas eram usadas didaticamente, como parte de sua educação em nível avançado (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 320). Pode-se sugerir, assim, que essa formação ia além daquilo que Veldhuis chamou de competência funcional (VELDHUIS, 2011, p. 71), objetivando fornecer a Assurbanípal também as competências técnica (p. 73-74) e, principalmente, especializada (p. 80). Tal relação de *Balasî* com Assurbanípal, em que o primeiro servia como mestre e como escriba especialista, bem como as cartas com esses recursos, mantiveram-se e são observáveis desde o período em que Assurbanípal era ainda príncipe da coroa até anos após ter subido ao trono, quando não seria mais esperado que continuasse sua formação, demonstrando assim seu interesse pessoal nesse aspecto (LIVINGSTONE, 2007, p. 114; ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 320)

³⁷ Disponível em: <<http://oracc.museum.upenn.edu/saao/knpp/corpus/>> Acesso em: 09/09/22. A tradução em português aqui disponibilizada foi feita pela autora com base na tradução em inglês disponibilizada no portal *State Archives of Assyria Online* VIII, nº 330, e naquela publicada por Jeanette Fincke. (FINCKE, 2003/04, p. 121)

Dessas evidências, assim, é possível depreender duas consequências relevantes. Por um lado, elas corroboram que Assurbanípal não apenas possuía interesse na arte escriba, como também muito provavelmente sabia ler e escrever; por outro, apontam para um cenário de competência escrita não tão avançado quanto aquele reivindicado na inscrição L4. Ainda que o rei tivesse algum nível de competência escrita, ela estava aquém daquela especializada, que detinham os escribas especialistas, com os quais ele se equipara na inscrição. Faz-se importante, então, entender porquê tal ênfase nesse nível de competência especializada está tão presente na inscrição L4, uma vez que, tradicionalmente, a visão esperada e ideal dos reis assírios, que era reforçada nas inscrições reais, tendia a se focar, em verdade, nas habilidades militares, de batalha ou atos heroicos (ITO, 2015, p. 91).

A visão ideal dos reis assírios parece ter passado por uma mudança durante o I milênio que poderia explicar parcialmente essa questão. Ao longo do período de expansão do império, a imagem do rei estava baseada principalmente em suas capacidades como guerreiro ou em seus feitos militares, o que era refletido nas inscrições reais do período (ITO, 2015, p. 91). Contudo, com a consolidação do império, durante a dinastia Sargônida, a grande extensão das terras conquistadas, bem como sua natureza cada vez mais multiétnica, contribuíram para que essa imagem passasse a incluir, de forma crescente, também características como sabedoria e conhecimento, que tornariam a imagem do rei mais equilibrada e palatável aos olhos dos novos povos conquistados (ITO, 2015, p. 92). Contudo, como vimos, poucos reis, mesmo neo-assírios, enfocavam conhecimento da escrita, especificamente, ou, ainda menos comum, afirmações sobre sua educação formal nesse aspecto. Outro fator, então, que ajuda a compreender as afirmações da inscrição L4 é o fenômeno, característico dos reis assírios e refletido nas inscrições reais, de se reafirmar superior a seus antecessores em todos os sentidos (LIVERANI, 2017, p. 217; FINCKE 2003/04, p. 122). Seria compreensível, assim, que Assurbanípal tenha progredido das afirmações referentes à sabedoria e conhecimento de forma mais geral, àquelas sobre um nível especializado e técnico de saberes e de competência escrita, que ele a um tempo obteve através de seu esforço educacional e de sua habilidade natural e superior, comparável àquela dos sábios como Adapa e dos escribas especialistas.

Pierre Villard, em seu artigo "*L'éducation d'Assurbanípal*", sugere outro possível fator que ajuda a compreender a ênfase dada à competência escrita avançada e educação de Assurbanípal na inscrição L4. A saber, a falta de outras grandes conquistas ou feitos militares do novo rei que pudessem ser exploradas na inscrição, dado que ela foi provavelmente composta no início do reinado de Assurbanípal (VILLARD, 1997, p. 136). O autor aponta que, nesse período inicial, os escribas especialistas, que haviam obtido elevado status e exercido significativa influência durante o reinado de Assaradão, ainda detinham poder e influenciavam a imagem do novo rei, Assurbanípal, através, por exemplo, da composição de suas inscrições reais, como a L4 (VILLARD, 1997, p. 149). Segundo ele, isso explicaria em parte porque a competência escrita e educação do rei foram tão marcadas na inscrição L4, frisando, porém, que essa ênfase teria diminuído gradativamente nas inscrições reais dos anos posteriores do reinado, e estando ausente em outros meios de propaganda real, como os baixos relevos (VILLARD, 1997, p. 149). Entretanto, como apontam outras pesquisas, também em alguns relevos a imagem de Assurbanípal parece ter sido atrelada à sua competência escrita, ainda que talvez de forma mais sutil e secundária às suas capacidades militares. Evidência disso são os relevos que mostram o rei em cenas de caça aos leões, motivos importantes na propaganda real mesopotâmica e na perpetuação da imagem do rei como guerreiro³⁸ (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 325-326).

Um exemplo é um dos relevos encontrado em Nínive, no Palácio Norte e hoje em exibição no Museu Britânico, datado de cerca de 645-635 AEC, que mostra Assurbanípal em uma caçada a leões, em que, em uma das cenas, é possível observar um leão, já atingido por uma flecha e em posição de ataque a Assurbanípal, que o mata com sua espada (ver Figura 7). Essa cena é de especial interesse pois é possível notar, guardado entre o cinto e a túnica do rei, em seu lado direito, um objeto de madeira utilizado para escrever em tabletas. Tal representação aparece em outros relevos de caçada, sendo frequentemente observável, no lado esquerdo do cinto do rei, uma espada curta, unindo nas imagens as armas e o objeto de escrita, criando uma imagem do rei que alia sua

³⁸ A caçada aos leões foi tão importante para a realeza assíria que foi utilizada como motivo central para os selos imperiais, mostrando o rei frente a frente com um leão em posição de ataque. Os escribas de Assurbanípal também incluíram esse motivo em textos reais e inscrições, que narram episódios de caçadas a leões e a destreza do rei como caçador e guerreiro (WEISSERT, 1997, p. 339-340).

habilidade de guerreiro a suas qualidades como sabedoria, competência escrita e saberes técnicos adquiridos através dela (ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 326). Como apontou Pierre Villard, os relevos eram comumente elaborados e esculpidos conforme as diretivas do próprio soberano, o que leva a crer que Assurbanípal ele próprio decidiu inserir neles representações de sua competência escrita, conhecimento e interesse pela arte escriba (VILLARD, 1997, p. 149; ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 326-327).



Figura 7: Assurbanípal matando um leão, com objeto de madeira para escrita guardado sob o cinto do lado direito. Relevô do Palácio Norte de Assurbanípal em Nínive.

Fonte: Museu Britânico (BM 124874) © The Trustees of the British Museum³⁹

Além das razões listadas acima que ajudam a compreender a importância dada à competência escrita e à educação formal de Assurbanípal na inscrição L4, sugerimos ainda outra que pode colaborar na contextualização e entendimento desse aspecto, a saber, a ligação da classe dos escribas especialistas com a tradição escrita babilônica. Como vimos, os vizinhos ao sul da Mesopotâmia representavam no I milênio uma tradição cuneiforme com um passado já longo e antigo, uma ponte à tradição suméria e ao período do desenvolvimento da própria escrita, dos primeiros textos literários, dos primeiros sistemas de ensino e das primeiras listas lexicais, passadas de geração à geração de escribas como verdadeira herança escribal, para usar o termo de

³⁹ Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_1856-0909-48_8> Acesso em: 17/09/22.

Niek Veldhuis (VELDHUIS, 2011, p. 75). Como afirma Veldhuis em seu texto “*Domesticizing Babylonian scribal culture in Assyria: transformation by preservation*”, na falta de uma tradição literária consolidada, os escribas e governantes assírios gradualmente se apropriaram daquela babilônica, desde o II milênio (VELDHUIS, 2012, p. 11; p. 14). Escribas de outras regiões, como a Anatólia, no mesmo período, também bebiam da fonte babilônica, copiando por exemplos as listas lexicais que eram usadas como ferramenta de ensino da escrita cuneiforme e das línguas acádica e suméria. Os escribas assírios, porém, não apenas copiavam os textos, mas de fato coletavam originais babilônicos e os levavam para a Assíria, como vimos, muitas vezes enfatizando sua origem babilônica em colofões incluídos nos tabletes, deixando claro que havia “um valor ligado ao rótulo ‘babilônico’” (VELDHUIS, 2012, p. 14-17). Como exploramos no capítulo 2 deste trabalho, o ímpeto colecionista do império de fato abrangia também tabletes, e vemos que, mesmo antes do apogeu do império neo-assírio, os esforços para coletar todo o conhecimento escrito babilônico já eram ensaiados. Assim, Assurbanípal, sua biblioteca, inclusive a sua biblioteca pessoal, e suas afirmações sobre o domínio desse conhecimento parecem ser um passo a mais, talvez mais incisivo, nessa direção.

Veldhuis faz uma interessante crítica à clássica metáfora do “rio da tradição” elaborada pelo assiriólogo Leo Oppenheim na década de 1970. Segundo Oppenheim, a tradição escrita mesopotâmica seria um fluxo contínuo, como um rio atravessando o tempo e o território, perpetuando-se, com algumas mudanças, através de milênios e regiões diversas, como exemplificado pela sobrevivência das listas lexicais. Para Veldhuis, entretanto, essa metáfora, apesar de potente, apagaria, em certa medida, a agência e decisões de escribas e governantes que seriam a base de tal perpetuação, dando a impressão de que a tradição seria algo com vida própria, independente dos indivíduos que dela se apropriaram através dos anos para seus próprios fins (VELDHUIS, 2012, p. 12). De fato, ao longo de toda a história do cuneiforme essas escolhas podem ser entrevistas, e a classe dos escribas e sua agência não podem ser menosprezadas: já no período de Ur III, estes haviam se tornado essenciais na propaganda real, dado que compunham as inscrições reais, sendo os escribas “um instrumento para o controle da imagem do rei, e para moldar a memória histórica”, como afirma Jon Taylor (2013, p. 301). Shulgi, o rei mesopotâmico que também

ênfatiou sua educação formal e competência escrita em suas inscrições, parecer percebido, e feito uso, desse instrumento em seu reinado, ainda no fim do III milênio. De forma similar, os reis assírios parecem ter percebido o mesmo potencial e optado por fazer usos específicos da tradição escrita cuneiforme, ainda que nada indique que tenham sido influenciados diretamente pelo exemplo de Shulgi (VILLARD, 1997, p. 136).

As elites assírias, como afirma Peter Machinist, “tinham uma sensibilidade especial em relação à Babilônia e tudo que fosse babilônico, que não demonstravam ter com nenhum outro vizinho” (MACHINIST, 1984/85, p. 354). Isso fica claro, por exemplo, na escolha deliberada dos reis assírios de escrever os textos oficiais, como as inscrições reais, no dialeto babilônico, muitas vezes no cuneiforme babilônico também, como é o caso da própria inscrição L4 de Assurbanípal (MACHINIST, 1984/85, p. 354). Durante o I milênio AEC, uma mudança significativa estava em curso na Assíria – a língua mais amplamente falada nesse período já não era o acádio em seu dialeto assírio, mas outra língua semítica, o aramaico, escrito com um sistema alfabético (RADNER, 2015, p. 38). Fora do centro do império, essa era provavelmente também a língua escrita mais utilizada, inscrita com sistema alfabético em superfícies como papiro, que infelizmente não sobrevivem tão bem quanto a argila dos tabletas no registro arqueológico. No coração do império, contudo, o dialeto assírio e o cuneiforme continuaram a ser utilizados (e estavam possivelmente mais restritos ao palácio), apesar de o governo utilizar também o aramaico, como fica aparente em relevos como aquele da Figura 8 (RADNER, 2015, p. 38-39; VELDHUIS, 2011, p. 73).

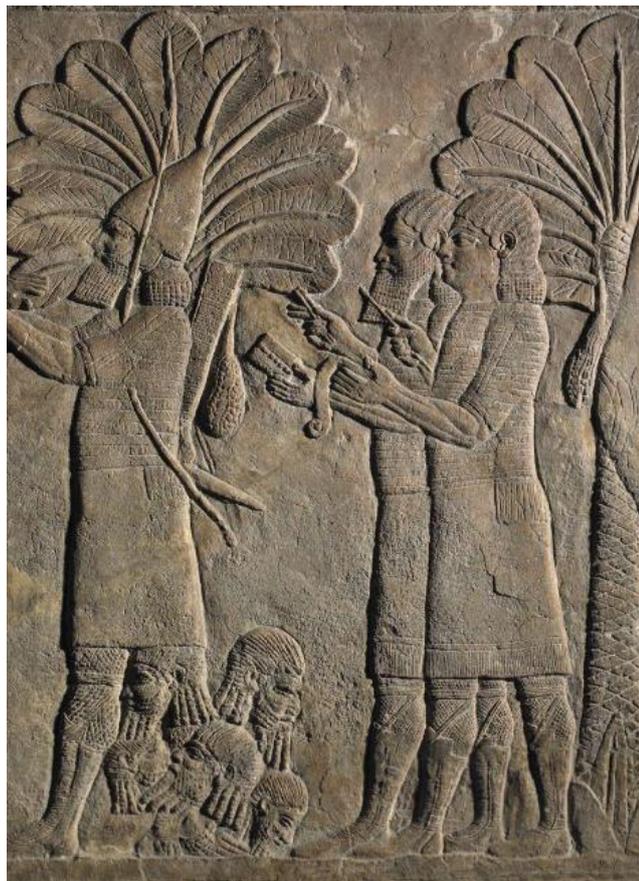


Figura 8: Escribas tomam nota do espólio de batalha e dos inimigos mortos. O escriba ao fundo escreve em um díptico, espécie de tablete de madeira coberta com cera, onde costumeiramente se escrevia em cuneiforme. O escriba à frente escreve em um papiro, provavelmente em aramaico. Relevô do Palácio Sudoeste em Nínive.
 Fonte: Museu Britânico (BM 124955) © The Trustees of the British Museum⁴⁰

Como vimos, porém, os textos oficiais eram, em verdade, escritos em acádio na variante babilônica, em cuneiforme, uma escolha que resistiu ao tempo, ou melhor, que foi reforçada mesmo à medida em que outro idioma e sistema de escrita ganhavam espaço no interior do império e mesmo em seu centro. Se os antecessores de Assurbanípal já utilizavam a escrita cuneiforme e o dialeto babilônico como elemento legitimador na forma das inscrições, ancorando-se nessa tradição mais antiga através também da coleta de tabletas, textos e mesmo escribas especialistas babilônicos (FINCKE, 2003/04, p. 115, p. 117), ele parece ter explicitado e aprofundado tais usos e escolhas no conteúdo das inscrições. Pode-se notar o passo adiante dado por Assurbanípal em relação a seus antecessores na inscrição L4, que enfatiza seu nível de competência escrita, com o domínio do “segredo de toda a arte escriba” (linha 13), reservada,

⁴⁰ Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_1856-0909-1_5>
 Acesso em: 17/09/22.

como vimos, aos escribas especialistas que chegavam aos níveis avançados de ensino. Além disso, vale frisar as afirmações sobre a habilidade com o acádico e o sumério (linha 17) e com textos antigos (linha 18), considerados na tradição babilônica e assíria mais valiosos e imbuídos de mais autoridade quanto mais antigos fossem (PARPOLA, 2021). É possível observar, assim, uma escolha que avança os usos da escrita cuneiforme que já vinham sendo empregados por seus antecessores e que, antes de um rio de tradição com vontade própria, denota a percepção de Assurbanípal do poder e influência da classe dos escribas especialistas, surgidos na Babilônia, detentores da mais alta competência escrita e parte de uma identidade escriba (VELDHUIS, 2011, p. 83) da qual o rei se apropria. Conforme Peter Machinist

As elites assírias, portanto, tiveram que lidar com a Babilônia não apenas política e militarmente no sentido mais estrito, mas também culturalmente – encontrar uma forma de neutralizar e apropriar o que elas evidentemente percebiam como uma superioridade cultural babilônica⁴¹. (MACHINIST, 1984/85, p. 362)

Assurbanípal parece, assim, não ter apenas percebido essa relevância cultural babilônica, mas ter se interessado pessoalmente por sua tradição escrita, como evidenciado por sua biblioteca pessoal e seu contínuo interesse pelos saberes especializados, mesmo após ter subido ao trono, como observamos. Ademais, ele parece ter mais enfaticamente se apropriado da identidade escriba babilônica, reivindicando acesso àquilo que os escribas especialistas guardavam dos não iniciados, todos os saberes dessa tradição que remontava aos sumérios via babilônicos. Faz-se interessante aqui lembrar que a inscrição L4 foi composta, como vimos, para ser inscrita em uma estela real a ser instalada no templo de Marduk na Babilônia, possivelmente na ocasião da subida do irmão de Assurbanípal, *Šamaš-šumu-ukīn*, ao trono babilônico. Assim, Assurbanípal afirmava, na variante babilônica do acádico para interlocutores babilônicos, não apenas seus feitos militares ou o feito da devolução de Marduk à sua terra de origem, mas também sua competência escrita e seus conhecimentos

⁴¹ “The Assyrian ruling elites, thus, had to deal with Babylonia not only politically and militarily in the narrower sense, but also culturally – to find a way to neutralize and appropriate what they evidently felt was a Babylonian cultural superiority.” (MACHINIST, 1984/85, p. 362)

especializados dignos dos “especialistas” (linhas 14 e 15). É possível sugerir que essa afirmação de sua competência – que, como exploramos, não parece ter sido tão avançada quanto a inscrição sugere – serve como reafirmação da Assíria como poder superior, e superior em todos os sentidos, não apenas militar e politicamente, mas também culturalmente. Apropriando-se da própria tradição cuneiforme da qual a classe dos escribas especialistas babilônicos era a herdeira e guardiã, ele se posiciona como superior a seus antecessores e a Assíria como poder hegemônico sobre a Babilônia. Senaqueribe havia buscado afirmar tal superioridade via destruição e saque em 689 AEC. Já Assaradão e Assurbanípal, com a nova política de retorno dos deuses babilônicos a seu local de origem, parecem ter optado por aquilo que os assiriólogos Simo Parpola e Nissinen Martti chamaram de “teologia da reconciliação”, sem, contudo, deixar de enfatizar tal hegemonia (NISSINEN & PARPOLA, 2004, p. 214-215). Assurbanípal parece ter usado a apropriação desses saberes especializados como ainda outro elemento nesse processo, dando conta do aspecto cultural da tensão entre a Babilônia e a Assíria.

Por fim, acerca desses saberes técnicos e especializados que faziam parte do arcabouço de conhecimentos adquiridos dos escribas especialistas e sobre os quais Assurbanípal reivindica domínio na inscrição L4, faz-se interessante apontar alguns aspectos de seus possíveis usos nesse contexto. Nela, são mencionados saberes que indicam o nível avançado da erudição e competência escrita cuneiforme do rei, a saber, a arte do sábio Adapa (linha 13), expressão que era utilizada para se referir à prática do exorcismo; o saber astrológico (linha 14); a prática da divinação (linha 15); saberes matemáticos avançados (linha 16); a paleografia, estudo dos textos antigos, tanto acádicos quanto sumérios (linhas 17 e 18) (VILLARD, 1997, p. 137-138). Conforme vimos, a biblioteca de Assurbanípal também corrobora esse interesse pelo conhecimento técnico e especializado preservado e produzido pela classe dos escribas especialistas, uma vez que ela representa o esforço dedicado pelo rei em ordenar a coleta de tabletes que pudessem reunir todo esse universo de saberes no centro de seu império, Nínive. Antes dele, seu pai, Assaradão, já havia ensaiado tal prática, em menor escala, sendo talvez o primeiro dos reis assírios a ordenar a coleta e arquivamento de tabletes sobre observações astrológicas e extispício para referência posterior, e também o rei neo-assírio que provavelmente mais

fez uso das práticas de divinação durante seu reinado, utilizando-a sistematicamente (FINCKE, 2003/04, p. 117). Assurbanípal parece ter dado semelhante importância a esse saber específico, dado o número de tabletas sobre divinação que compunham o corpus babilônico de sua biblioteca. O domínio de tais saberes era de essencial importância para o império, afinal, a divinação dava a conhecer os eventos futuros, permitindo que as preparações necessárias fossem feitas antes de eventos importantes. Isso servia, assim, para manter a estabilidade e poder do próprio rei, portanto do império e, logo, o bem-estar dos próprios assírios que viviam sob ele, segundo a ideologia imperial assíria (LIVERANI, 2017, p. 89-90, FINCKE, 2003/04, p. 117, ZAMAZALOVÁ, 2011, p. 328). Assaradão, além de coletar tabletas, empregou escribas especialistas com saberes diversos, em especial de divinação, muitos deles da Babilônia, onde práticas como extispício foram desenvolvidas por essa classe, e chegou a manter filhos de oficiais babilônicos reféns na Assíria para que aprendessem a arte escriba e seus saberes técnicos compulsoriamente (FINCKE, 2003/04, p. 117-118, p. 139). Para Assurbanípal não parece ter sido suficiente ter ao seu redor um círculo de escribas especialistas babilônicos ou acesso aos textos e tabletas, sendo necessário reivindicar para si um lugar no próprio círculo.

A afirmação da possibilidade de acessar esses conhecimentos pessoalmente enfatizava a independência de Assurbanípal de escribas e conselheiros. Isso era algo especialmente importante dado os eventos conturbados de conspiração e assassinato de seu avô, Senaqueribe, o que parece ter contribuído para a ampla utilização de práticas divinatórias por Assaradão para obter estabilidade e evitar destino parecido, por sua vez influenciando o desejo por independência por parte de Assurbanípal, que cresceu em meio a tais preocupações (FINCKE, 2003/04, p. 120; RADNER, 2015, p. 47-49). Ademais, a competência escrita também parece ter dado a Assurbanípal a possibilidade de não ir à batalha tanto quanto alguns de seus predecessores, enviando seus oficiais em seu lugar e mantendo-se em contato com eles por escrito, assegurando ainda assim vitórias militares (FINCKE, 2003/04, p. 120). Dessa forma, fortalecia-se a imagem do rei guerreiro, mas também sábio, que, como vimos, era o ideal da realeza neo-assíria, em especial dos reis da dinastia Sargônida. Esses usos se somam e se ligam àqueles que embasam a ênfase na

educação e conhecimentos adquiridos de Assurbanípal na inscrição L4, como a legitimação de seu poder ao ligar-se à tradição cuneiforme babilônica. A partir deles, é possível observar como a identidade escriba, conforme sugere Veldhuis, de fato transcendeu os limites do tempo e do espaço (2011, p.83), da Babilônia à Assíria, dos inícios da escrita cuneiforme ao I milênio, não através de um fluxo da tradição textual independente dos indivíduos, mas sim pelas escolhas e apropriações da escrita cuneiforme, seus níveis de competência e o universo de saberes especializados perpetuados por ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, exploramos os usos da escrita cuneiforme na Assíria do século VII, em especial durante o reinado de Assurbanípal, através da análise da inscrição real L⁴ desse rei, em que suas habilidades com a escrita, sua educação formal e seu domínio de saberes técnicos e especializados são enfatizados. Considerando que reivindicações acerca desses saberes não eram frequentes por parte de outros reis assírios ou mesopotâmicos, nossa intenção foi compreender quais significados e usos justificariam tais afirmações na inscrição real de Assurbanípal.

Para tanto, iniciamos, na Parte I e capítulo 1, com uma revisão sobre os começos do desenvolvimento da escrita, no sul mesopotâmico; sobre seu processo de disseminação por diferentes regiões, como a Assíria, como um pacote de práticas sociais e culturais; e sobre seu sistema de ensino, consolidado durante o II milênio, no período paleobabilônico. Mostramos como esse sistema de ensino, do qual sobreviveu uma abundância de tabletas escolares, provenientes de sítios como Nippur, esteve ligado às listas lexicais, preservadas ao longo dos séculos como uma verdadeira herança escriba, perpetuando uma tradição escrita que remontava aos sumérios, e das quais os escribas especialistas eram os guardiões. Exploramos como, nesse contexto, observa-se a gradual acumulação de *status* dessa classe de escribas, detentores e perpetuadores não apenas dos mais altos níveis de competência escrita, como também dos saberes especializados – como as artes divinatórias – que compunham o arcabouço de conhecimentos mesopotâmicos. Refletimos também sobre termos como “letramento” e “escriba” para melhor estabelecer os conceitos e categorias empregadas nos capítulos 2 e 3 do trabalho.

Na Parte II, voltamos o olhar para nossa fonte, a inscrição real L⁴ de Assurbanípal, tomando-a de forma contextualizada, levando em conta seu universo de produção, seus interlocutores, as particularidades de seu gênero textual e as dinâmicas políticas em meio às quais ela foi composta, inscrita e em que sobreviveu. No capítulo 2, dedicamos atenção aos meandros políticos do império assírio e da ascensão de Assurbanípal ao trono, bem como sua ligação com a escrita, em especial através da formação da biblioteca real de Nínive. Já no capítulo 3, realizamos a apresentação e análise da inscrição real L⁴,

investigando a partir dela os significados da tradição escrita cuneiforme e seus usos no contexto do reinado de Assurbanípal. Enfatizamos a agência dos indivíduos, dos escribas especialistas ao rei, na perpetuação e apropriação da cultura cuneiforme babilônica e seu emprego no universo imperial assírio, compreendendo as intrincadas relações entre a Assíria e a Babilônia não apenas no nível político e militar, mas social e cultural.

Propomos, por fim, que a percepção de um problema babilônico de ordem cultural e política, para usar as palavras de Peter Machinist, por parte dos reis neo-assírios, embasou diferentes atitudes destes em relação à Babilônia. Assurbanípal, segundo buscamos explorar, parece ter percebido não apenas a centralidade babilônica no que dizia respeito ao arcabouço de conhecimentos especializados mesopotâmicos, mas também a profunda relevância da classe dos escribas especialistas babilônicos e assírios, procurando reivindicar para si não apenas a habilidade de ler e escrever, mas o mais alto nível de competência escrita, numa equiparação a essa classe. Dessa forma, o rei aparece como parte integrante da identidade escriba milenar que, como apontou Niek Veldhuis, esteve intimamente ligada ao sistema de ensino escribal e ultrapassou os limites do tempo e do espaço, da Babilônia à Assíria, não através de uma força propulsora desmaterializada da tradição textual, mas através das escolhas, usos e apropriações da escrita cuneiforme e seus níveis de competência por diferentes atores ao longo dos séculos.

REFERÊNCIAS

- BARUCHI-UNNA, A. Genres Meet: Ashurbanipal's prayer in the inscription L4 and the bilingual communal lamentations. In: FELIU, J.; LLOP, J.; ALBÀ, A. M.; SANMARTÍN, J. (Eds). *Time and history in the Ancient Near East*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2013, p. 611-623;
- BLACK, J & GREEN, A. *Gods, demons, and symbols from ancient Mesopotamia*. Londres: The British Museum Press, 2004, p. 128-130;
- BUYLAERE, G. V.; LUKKO, M. Languages and writing systems in Assyria. In: FRAHM, E. (Ed.), *A companion to Assyria*. Malden: Wiley Blackwell, 2017, p. 313-335;
- CHARPIN, D. *Reading and Writing in Babylon*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010;
- CUNNINGHAM, G. The Sumerian language. In: CRAWFORD, H. (Ed.) *The Sumerian world*. Routledge: 2013, p. 95-110;
- DAVIES, A. M. Forms of Writing in the Ancient Mediterranean World. In: BAUMANN, G. (Ed.) *The Written Word – Literacy in Transition*. Oxford: Clarendon Press, 1986, p. 51-77;
- ENGLUND, R. K. Accounting in Proto-cuneiform. In: RADNER, K.; ROBSON, E. (Ed.) *The Oxford Handbook to Cuneiform Culture*. Oxford & New York: Oxford University Press, 2011, p. 32-50;
- FINKEL, I. Ashurbanipal's Library: an overview. In: RHYOLT, K. & BARJAMOVIC, G. (Eds). *Libraries before Alexandria: ancient Near Eastern traditions*, 2019, p. 367-389;
- FRAHM, E. The neo-assyrian royal inscriptions as text: history, ideology, and intertextuality. In: LANFRANCHI, G. B.; MATTILA, R.; ROLLINGER, R. (Eds). *Writing neo-assyrian history: sources, problems, and approaches*, 2019, p. 139-159;
- GALTER, H. D. Assyrian royal inscriptions between royal propaganda and historical positioning. In: PORTUESE, L. & PALLAVIDINI, M. (Eds). *Ancient Near Eastern Weltanschauungen in contact and in contrast*, 2022, p. 87-113;
- GEORGE, A. Babylonian and Assyrian: a history of Akkadian. In: POSTGATE, J. N. (Ed.), *Languages of Iraq, Ancient and Modern*. Londres: British School of Archaeology in Iraq, p. 31-71;
- HEEßel, n. p. Assyrian scholarship and scribal culture in Ashur. In: FRAHM, E. (Ed.), *A companion to Assyria*. Malden: Wiley Blackwell, 2017, p. 368-377;

HOWARD, C. J. *The process of producing the standard inscription of Ashurnarsipal II at Nimrud/Kalhu*. (Tese de doutorado). Maryland, 2017, p. 1-58;

ITO, S. *Royal and political thinking in the letters of Ashurbanipal*. (Tese de doutorado). Universidade de Helsinque, 2015;

JEFFERS, J. & NOVOTNY, J. Tablets Related to Babylon (text nos. 219-226). *RINAP 5: The Royal Inscriptions of Ashurbanipal, Aššur-etel-ilāni, and Sîn-šarra-iškun*. The RINAP/RINAP 5 Project, a sub-project of MOCCI, 2022. Disponível em: <http://oracc.museum.upenn.edu/rinap/rinap5/rinap52textintroductions/tabletspart7texts219236/tabletsrelatedtobabylontexts219226/index.html#asb220> Acesso em: 17/09/2022;

KRAMER, S. N. Schooldays – A Sumerian Composition Relating to the Education of a Scribe. *Journal of the American Oriental Society*, 1949, p. 199-215;

LENZI, A. Advertising secrecy, creating power in ancient Mesopotamia: how scholars used secrecy in scribal education to bolster and perpetuate their social prestige and power. *Antiquo Oriente*, vol II, 2013, p. 13-42;

LE GOFF, J. Documento Monumento. In: *História e Memória*. 4 ed. trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora Unicamp, 1996, p. 535-549;

LIVERANI, M. *Assyria: the imperial mission*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2017;

LIVINGSTONE, Ashurbanipal: literate or not? In: *Zeitschrift für Assyriologie*, nº 97, 2007, p. 98-118;

NISSINEN, M. & PARPOLA, S. Marduk's return and reconciliation in a prophetic letter from Arbela. In: *Studia Orientalia*, nº 99, 2004, p. 199-219;

NOVOTNY, J. *Selected royal inscriptions of Ashurbanipal: L3, L4, LET, Prism I, Prism T, and related texts*. Filadélfia: Eisenbrauns, 2014;

NOVOTNY, J. & JEFFERS, J. *The royal inscriptions of Ashurbanipal (668-631 BC), Aššur-etel-ilāni (630-627 BC), and Sîn-šarra-iškun (626-612 BC), kings of Assíria, Part I*. Filadélfia: Eisenbrauns, 2018;

NOVOTNY, J. & SINGLETARY, J. Family Ties: Assurbanipal's family revisited. In: MIKKO, L; SVÄRD, S; MATTILA, R. (Eds.), *Of God(s), trees, kings, and scholars – Neo-Assyrian and related studies in honour of Simo Parpola*. Helsinque: 2009, p. 167-178;

MACHINIST, P. The Assyrians and their Babylonian problem: some reflections. *Wissenschaftskolleg*, 1984/85, p. 353-264;

MIEROOP, M. V. *A history of the Ancient Near East ca. 3000-323 BC* (Second Edition). Malden: Blackwell, 2007;

PARPOLA, S. *Letters from Assyrian and Babylonian Scholars*, SAA 10. Helsinki: Helsinki University Press, 1993;

PEARCE, L. E. The scribes and scholars of ancient Mesopotamia. In: SASSON, J. M. (Ed), *Civilizations of the Ancient Near East. Vol. 1-4*. New York: Scribner, 1995, p. 2265-2278;

POSTGATE, N. Writing in Assyria: the scribes and their output. In: POSTGATE, N., *Bronze Age bureaucracy: writing and the practice of government in Assyria*. Cambridge: Cambridge Press, 2014, p. 47-85;

POZZER, K. M. P. Escritas e Escribas: o cuneiforme no antigo Oriente Próximo. In: *Classica*, vol. 11/12, nº 11/12, 1998/1999, p. 61-80;

POZZER, K. M. P. A Palavra de Argila e a Memória da História. In: KARNAL, L.; FREITAS NETO, J. A. *A Escrita da História - Interpretações e Análises Documentais*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004. p. 63-91;

PROUST, C. Master's writings and students' writings: school material in Mesopotamia. In: GUEUDET, B; PEPIN, B. (Ed.). *Mathematics curriculum material and teacher documentation: from textbooks to shared living resources*. HAL: 2011, p. 1-27;

RADNER, K. *Ancient Assyria: a very short introduction*. Oxford: Oxford Press, 2015;

RADNER, K.; ROBSON, E. (Ed.) *The Oxford Handbook to Cuneiform Culture*. Oxford & New York: Oxford University Press, 2011, p. xxviii-xxxii;

RANIERI, L. P. Os relevos palacianos assírios em contexto. In: *Tempos Históricos*, vol. 22, 2018, p. 370-401;

RANIERI, L. P.; FATTORI, A. Mãos Na Argila: Notas Para Uma Abordagem Da Materialidade Da Escrita Cuneiforme. *Anais do Museu Paulista*, nº 29, 2021, p. 1-58;

ROBSON, E. The Tablet House: a scribal school in Old Babylonian Nippur. *Revue d'assyriologie et d'archéologie orientale*, Paris, v. 93, p. 39-66, 2001;

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916];

SOARES, M. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, nº 25, 2004, p. 5-17;

TAYLOR, J. Administrators and scholars: the first scribes. In: CRAWFORD, H. (Ed.), *The Sumerian world*. New York: Routledge, 2013, p.290-304;

TINNEY, S. Texts, Tablets and Teaching: Scribal Education in Nippur and Ur. *Expedition*, nº 2, vol 40, 1998, p. 40-50;

VANSTIPHOUT, H. L. J. How did they learn Sumerian? *Journal of Cuneiform Studies*, 1979, p. 118-126;

VELHUIS, N. The cuneiform tablet as an educational tool. *Nell*, Leiden, v. 2, n. 1, p. 11-26, 1996;

VELDHUIS, N. Levels of Literacy. In RADNER, K.; ROBSON, E. (Ed.) *The Oxford Handbook to Cuneiform Culture*. Oxford & New York: Oxford University Press, 2011, p. 68-89;

VELDHUIS, N. Domesticizing Babylonian scribal culture in Assyria: transformation by preservation. In: SOLDT, W.H. V.; EGMOND, W. S. V., *Theory and practice of knowledge transfer*. Leiden: Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten, 2012, p. 11-24;

VELDHUIS, N. Cuneiform: changes and developments. In: HOUSTON, S. D. (Ed.), *The shape of writing*. Sarpres, 2012, p. 3-24;

VILLARD, P. L'éducation d'Assurbanipal. In: *Ktéma: civilisations de l'Orient, de la Grèce et de Rome antiques*, n° 22, 1997, p. 135-149;

WAGENSONNER, K. The ancient scholar at work: some glimpses from the Ancient Near East. *Écriture, pouvoir, légitimité, affichage culturel, politique et identitaire en Orient & Méditerranée. IIIe millénaire av. – Iie millénaire ap. J.C-*, Paris, 2016, p. 1-30;

WEISSERT, E. Royal hunt and royal triumph in a prism fragment of Ashurbanipal (82-5-22,2). In: PARPOLA, S. & WHITING, R. M. (Eds), *Assyria 1995: Proceedings of the 10th anniversary symposium of the neo-Assyrian Text Corpus Project*. Helsinki: neo-Assyrian Text Corpus Project, 1997, p. 339-358;

WOOLF, G. Ancient Illiteracy?. *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, vol. 58, n° 2, 2015, p. 31-42;